

INSTITUTO BLAISE PASCAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Leslie Regina Della Giustina

**BIBLIOTECAS DIGITAIS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO:
UMA PROPOSTA PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília – Brasil
Agosto 2010

INSTITUTO BLAISE PASCAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Leslie Regina Della Giustina

**BIBLIOTECAS DIGITAIS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO:
UMA PROPOSTA PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília – Brasil
Agosto 2010

Della Giustina, Leslie Regina.

Bibliotecas digitais no âmbito do Poder Legislativo: uma proposta para a Câmara Legislativa do Distrito Federal [manuscrito] - Brasília, 2010.
82 f.

Monografia (especialização) – Curso de pós-graduação lato sensu Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação, Interuni/Instituto Blaise Pascal.

1 Biblioteca Digital, Distrito Federal (Brasil). 2 Poder Legislativo, Distrito Federal (Brasil) 3 Câmara Legislativa do Distrito Federal. I. Título

CDU 342.537(817.4)

INSTITUTO BLAISE PASCAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

**BIBLIOTECAS DIGITAIS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO:
UMA PROPOSTA PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Leslie Regina Della Giustina

Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação apresentado ao INSTITUTO BLAISE PASCAL como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialização.

ORIENTADOR: Prof. Wagner Castilho

Brasília – Brasil
Agosto 2010

BIBLIOTECAS DIGITAIS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO:
UMA PROPOSTA PARA A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Leslie Regina Della Giustina

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO AO CORPO DOCENTE DO CURSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO BLAISE PASCAL, COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO.

Banca examinadora:

Prof. Wagner Castilho (Orientador)

Avaliador

Avaliador

Brasília – Brasil
Agosto 2010

Agradeço a Deus pela oportunidade de estudo e aprendizado pessoal e profissional proporcionada por esta experiência.

Ao meu orientador, Wagner Castilho, pela gentileza demonstrada ao atender minhas solicitações.

Ao Cláudio, por estar ao meu lado quando precisei me ausentar de nosso lar.

Agradeço à amiga Rosana, pelas sugestões preciosas e paciência em compartilhar comigo este desafio.

Aos meus colegas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pela compreensão durante a realização deste Curso.

Dedico este trabalho aos meus pais, Osvaldo e Aurora, pelo exemplo de superação e amor acima de tudo; e ao meu filho Mateus, luz e motivação em minha vida.

“Tudo que possas ou sonhas fazer, comece. A audácia contém gênio, poder e magia.”

Goethe

RESUMO

As bibliotecas digitais surgem na atual sociedade do conhecimento como um meio de possibilitar o armazenamento, organização e recuperação de informações disponíveis em meio eletrônico. A elaboração de recomendações para um projeto de biblioteca digital na Câmara Legislativa do Distrito Federal é o objetivo geral deste trabalho e a maneira encontrada para alcançá-lo foi analisar aspectos relacionados à arquitetura da informação, usabilidade das páginas na Internet, tecnologia e formação do acervo que comporá o repositório proposto. As sugestões se baseiam na construção de um referencial teórico sobre o assunto e em dois estudos de caso realizados no âmbito do Poder Legislativo, especificamente, das bibliotecas digitais do Congresso Nacional do Brasil. A criação de uma biblioteca digital na Câmara Legislativa do Distrito Federal é vista como uma maneira de auxiliar os parlamentares no exercício de suas funções, subsidiando as atividades legislativas e promovendo a democratização da informação de interesse dos cidadãos do DF.

Palavras-chave: Biblioteca Digital, Poder Legislativo, Democratização da Informação, Câmara Legislativa do Distrito Federal.

ABSTRACT

Digital libraries appear in the current knowledge society as a means of enabling the storage, organization and retrieval of information available electronically. The elaboration of recommendations for a digital library project at the Legislative Chamber of the Federal District is the overall goal of this work and found ways to achieve it was to analyze the information architecture, usability of the pages on the Internet, technology and formation of the acquis which compose the proposed repository. The suggestions are based on building a theoretical framework on the subject and in two case studies within the legislative branch, specifically the digital libraries of the National Congress of Brazil. The creation of a digital library in the Legislative Chamber of the Federal District is seen as a way to assist Congressmen in the exercise of its functions, supporting legislative activities and promoting the democratization of information interesting to the citizens of the DF.

Keywords: *Digital Library, Legislative Branch, Democratization of Information, Legislative Chamber of the Federal District*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página inicial da Biblioteca Digital do Senado Federal.....	41
Figura 2: Página das coleções e subcoleções disponíveis.....	43
Figura 3: Página de resultados da pesquisa por assunto na subcoleção Secretaria de Biblioteca.....	44
Figura 4: Página dos metadados com a descrição bibliográfica de um documento na BDSF.....	45
Figura 5: Página inicial da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.....	53
Figura 6: Página de resultados da pesquisa por título na coleção Brasília no Poder Legislativo.....	55
Figura 7: Página dos metadados com a descrição bibliográfica de um documento na BD.....	55
Figura 8: Primeira página da obra com o logotipo da BD.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Elementos de descrição de metadados Dublin Core.....	23
Quadro 2:	Características do software DSpace.....	26
Quadro 3:	Metadados definidos pelo projeto da BDSF.....	39

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDBN	Biblioteca Nacional Digital
BDJUR	Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça
BDSF	Biblioteca Digital do Senado Federal
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CD-ROM	Compact Disc Read-Only Memory
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CMI	Coordenadoria de Modernização e Informática
Cedi	Centro de Informação e Documentação (Cedi).
Cenin	Centro de Informática
Cobib	Coordenação de Biblioteca
DCMI	Dublin Core Metadata Initiative
DIDL	Divisão de Informação e Documentação Legislativa
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation Library Association
ISO/IEC	International Standardization Organization e International Engineering Consortium
MARC	Machine Readable Cataloguing
Minc	Ministério da Cultura
MIT	Massachusetts Institute of Technology
PRODASEN	Secretaria Especial de Informática do Senado Federal
RIL	Revista de Informação Legislativa
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas

SEEP	Secretaria Especial de Editoração e Publicações
SBIB	Setor de Biblioteca
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TIC	Tecnologias da Comunicação e Informação
UMinho	Universidade do Minho
UNESCO	Organization United Nations Educational, Scientific, and Cultural
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Caracterização da Organização.....	03
1.2 Situação-Problema.....	05
1.3 Objetivos.....	05
1.3.1 Geral.....	05
1.3.2 Específicos.....	06
1.4 Justificativa.....	06
1.5 Estrutura da Monografia.....	07
2 METODOLOGIA.....	09
Etapa 1- Referencial Teórico.....	09
Etapa 2- Estudos de Caso.....	10
3 REFERENCIALTEÓRICO.....	11
3.1 Evolução dos Livros e das Bibliotecas.....	11
3.2 Conceitos.....	13
3.3 A construção de uma Biblioteca Digital.....	17
3.4 Bibliotecas no Âmbito do Poder Legislativo.....	30
4 ESTUDOS DE CASO.....	37
4.1 A Biblioteca Digital do Senado Federal.....	37
4.2 A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.....	47
5 RECOMENDAÇÕES.....	58
5.1 Arquitetura da Informação e Usabilidade.....	59
5.2 Recursos Tecnológicos.....	60
5.3 Formação e Organização do Acervo.....	62

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
Livros, artigos e documentos eletrônicos.....	67
Sites consultados.....	72
Documentos oficiais.....	73
ANEXOS.....	75
Anexo A – Resolução 34/91, que institui a Estrutura Administrativa da CLDF.....	75
Anexo B – Organograma da Câmara Legislativa do Distrito Federal.....	80
Anexo C – Endereços eletrônicos de bibliotecas, repertórios e outros acervos digitais.....	81

1 INTRODUÇÃO

O grande avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos provocou profundas mudanças na sociedade, obrigando as organizações a reverem conceitos e adequarem-se à nova realidade. A Administração Pública precisou adaptar-se a este contexto, incorporando as práticas proporcionadas pelas tecnologias e adotando a gestão da informação eletrônica como um meio de subsidiar as atividades governamentais.

No âmbito do Poder Legislativo, a gestão de informações eletrônicas pode ser viabilizada pela criação de repositórios de conteúdos de interesse da atividade parlamentar e dos cidadãos, permitindo o acesso completo e rápido a documentos importantes para os trabalhos desenvolvidos no processo legislativo e para população em geral. A democratização do acesso às informações produzidas pelas casa legislativas coaduna-se com a missão dos parlamentares de trabalhar a favor dos interesses do povo, tornando suas atividades transparentes aos olhos da sociedade.

Nesta perspectiva, este trabalho propõe-se a contribuir com a modernização do Poder Legislativo do Distrito Federal, formulando recomendações para um projeto de biblioteca digital inserida entre os serviços oferecidos pela Biblioteca da Câmara Legislativa. Estas sugestões baseiam-se na elaboração de um referencial teórico sobre o tema e na análise das bibliotecas digitais do Congresso Nacional, especificamente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

As bibliotecas digitais surgiram como resposta às necessidades geradas pela sociedade da informação¹, no mundo globalizado em que vivemos. O surgimento dos meios de comunicação de massa e das Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC) provocou uma explosão de informações, ou seja, uma gama enorme de informações foi disponibilizada para a população que nem sempre consegue acessá-la de forma satisfatória. O advento da Internet e a criação da *World Wide Web*² potencializaram este fenômeno, disponibilizando recursos e serviços, em

¹ “Sociedade na qual a informação é utilizada intensamente como elemento da vida econômica, social cultural e política” (MOORE, 1999, p. 97). Neste trabalho, as expressões sociedade da informação, sociedade do conhecimento e era da informação são utilizadas com o mesmo significado.

² *World Wide Web*, ou em português, Rede de Alcance Mundial, também conhecida como web e www, é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet.

ambiente digital, e democratizando o acesso ao conhecimento produzido no mundo inteiro.

A era da informação caracteriza-se por uma mudança de paradigmas, na qual o conhecimento e a informação tornaram-se valores preciosos para enfrentar a competitividade num mundo globalizado. A Internet proporcionou inúmeras formas de comunicação, possibilitando a realização de transações, negócios, contatos interpessoais e o acesso a diversos tipos de documentos, em vários formatos, sem limites geográficos. Textos, sons e imagens, como por exemplo, vídeos e fotos, são transmitidos na Rede de maneira quase imediata, provocando transformações profundas na sociedade.

O valor do conhecimento³ e da informação foi percebido pelas organizações como um ativo precioso que promove a criatividade, a inovação e a competitividade, gerando lucros para as empresas. Estes recursos podem ser utilizados estrategicamente a fim de subsidiar o processo de tomada de decisões, auxiliando o planejamento, antecipando problemas e direcionando ações. Na Administração Pública, estes recursos cumprem a mesma função, sendo que os objetivos das atividades governamentais visam o bem-estar da população e o interesse público.

As bibliotecas digitais apresentam-se como um meio de preservar, armazenar, organizar, recuperar e disseminar informações eletrônicas para todos os tipos de clientela, de forma completa, rápida e democrática. Na iniciativa privada e no setor público, não há como escapar desta realidade, pois muitas informações já nascem em meio eletrônico e a necessidade de preservação e acesso fácil está levando à digitalização de milhares de documentos.

O acesso democrático a documentos, em ambiente virtual, estimula o aprendizado, o contato com outras culturas e o compartilhamento do conhecimento. A inclusão digital⁴ apresenta-se como um meio de diminuir as desigualdades provocadas pela distribuição de renda através da utilização, pelas camadas sociais mais pobres da sociedade, dos benefícios oferecidos pelas TIC. Programas

³ Sveiby (2000, p.2) considera o conhecimento como um ativo intangível das empresas pelo fato de não ser facilmente mensurado e identificado. Este recurso precisa ser gerenciado para que possa atingir o devido valor nas organizações.

⁴ Inclusão digital é a democratização do acesso às TIC e pressupõe que o cidadão utilize o computador para melhorar sua condição social, aproveitando-se do conhecimento adquirido através do seu uso e da Internet.

governamentais⁵ foram desenvolvidos, nos últimos anos, no Brasil, com a finalidade de incentivar a utilização dos computadores pela população, promovendo a inclusão digital e garantindo que as crianças das escolas públicas participem ativamente da sociedade da informação. A responsabilidade social em prover a sociedade de meios para seu desenvolvimento não depende apenas de programas governamentais, mas também de iniciativas dos representantes eleitos pela população.

A Constituição brasileira, artigo 2º, dispõe que “O poder político pertence ao povo e é exercido, em nome deste, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que devem atuar de forma independente e harmônica entre si”. Ao Poder Legislativo foi atribuída a função legislativa, exercida por meio de parlamentares eleitos pelo povo.

No âmbito federal, é o Congresso Nacional, composto pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, que cumpre este papel. O sistema bicameral adotado pelo Brasil prevê a manifestação das duas casas na elaboração das leis, ou seja, se uma matéria tem início na Câmara dos Deputados, o Senado Federal fará a sua revisão, e vice-versa, à exceção de matérias privativas de cada órgão.

Nos estados, são as assembleias legislativas e nos municípios as câmaras de vereadores que detêm a função legislativa. No Distrito Federal, segundo a Lei Orgânica, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), criada em 1990, para representar a população e legislar em prol dos cidadãos.

1.1 Caracterização da Organização: a Câmara Legislativa do Distrito Federal

A CLDF é composta por 24 deputados distritais, eleitos pela população, e servidores que os assessoram nas atribuições que lhes competem. A maioria dos cargos de livre provimento é ocupada por servidores nomeados, cujas funções estão diretamente relacionadas ao eleitor e à comunidade. A estrutura administrativa é composta, principalmente, por servidores efetivos concursados que se encarregam do funcionamento da Instituição e proporcionam suporte ao processo legislativo, principal atividade da Casa.

⁵ Os Programas do Governo Federal **Computador para todos**, **Um Computador por Aluno** e **Banda Larga nas Escolas** são exemplos desta iniciativa.

A Resolução 34/91 (Anexo A), alterada pela 219/05, criou a estrutura administrativa da CLDF e estabeleceu, do artigo 23 ao 37, as atribuições dos órgãos de apoio direto à ação parlamentar. À Diretoria Legislativa cabe coordenar e supervisionar o processo de administração de informações legislativas. Analisar e disseminar informações, organizar e preservar o acervo bibliográfico e documental, implementar política de gestão de assuntos legislativos, incluindo a instituição de bancos de dados e a divulgação de serviços, produtos e subprodutos, além de planejar e implantar sistemas de gerenciamento de informações legislativas, jurídicas, arquivísticas e bibliográficas são funções da Divisão de Informação e Documentação Legislativa (DIDL).

Diretamente subordinado à Divisão, está o Setor de Biblioteca (SBIB), que executa atividades relacionadas ao desenvolvimento do acervo bibliográfico da Casa, seu processamento e disponibilização. Também exerce funções de assessoramento parlamentar, e auxilia os servidores da Casa e usuários externos, garantindo a qualidade dos serviços prestados. Cabe ainda à Biblioteca, sugerir ações à Diretoria Legislativa, em conjunto com a Coordenadoria de Modernização e Informática (CMI), que assegurem eficiência e eficácia na gestão da informação e no gerenciamento dos sistemas que servem ao Setor. A criação e implantação de uma biblioteca digital entre os serviços oferecidos pelo SBIB é uma forma de contribuir para o cumprimento das competências estabelecidas pela Resolução 34/91.

A estrutura tecnológica da CLDF é gerenciada pela CMI, na qual está localizado o equipamento que hospeda os principais sistemas, programas e informações da Casa. Cabe a este órgão, conjuntamente com os setores interessados, o desenvolvimento e instalação de softwares que atendam às demandas de todos os órgãos solicitantes. A Câmara Legislativa possui os computadores interligados em uma rede interna, a intranet, e também conectados à Internet. O organograma da instituição (Anexo B) permite visualizar melhor a posição destes órgãos na estrutura da CLDF.

Pode-se afirmar, com segurança, que satisfazer as necessidades de informação dos usuários é a finalidade principal de qualquer biblioteca e é a partir deste princípio que todas as atividades devem ser planejadas e executadas. O SBIB, certamente, persegue este objetivo e uma das formas de ampliar os seus serviços é a criação de um acervo que contenha documentos digitais interessantes para seus usuários e/ou para a Instituição. A estrutura tecnológica necessária para criação de

uma biblioteca digital precisa ser planejada conjuntamente com a CMI, pois o bibliotecário detém o conhecimento para organização e recuperação da informação e os profissionais de informática são conhecedores das TIC com profundidade.

1.2 Situação-Problema

O problema abordado neste trabalho está diretamente relacionado com a inexistência, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, de um repositório único e acessível no qual os documentos digitalizados ou produzidos em meio eletrônico, de interesse da Instituição, ou, especificamente dos usuários do Setor de Biblioteca, estejam disponíveis e facilmente acessíveis para todos.

A CLDF não possui um sistema de informação gerencial⁶ formalizado que permita organizar e tornar acessível, de uma forma integrada, todo tipo de informação existente na Casa. Estes recursos estão dispersos e acredita-se que a criação de uma biblioteca digital possa colaborar para o preenchimento desta lacuna, armazenando, organizando e tornando recuperáveis as informações eletrônicas existentes na instituição.

1.3 Objetivos

Os objetivos deste trabalho podem ser compreendidos pela definição de um objetivo geral a ser atingido, e de objetivos específicos que possibilitarão a concretização da proposta apresentada.

1.3.1 Objetivo Geral

Elaborar recomendações para o desenvolvimento de um projeto de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, analisando a literatura sobre o assunto, preparando um referencial teórico e verificando as melhores práticas aplicadas na área, especialmente no âmbito do Poder Legislativo do Brasil.

⁶ O sistema de informação gerencial dá suporte às funções de planejamento, controle e organização de uma empresa, fornecendo informações seguras e em tempo hábil para tomada de decisão (MAGALHÃES; GEDRES).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar conceitos essenciais, retirados da literatura especializada, sobre bibliotecas digitais, analisando o contexto na qual se inserem e verificando as melhores práticas aplicadas;
- analisar as bibliotecas digitais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, descrevendo aspectos relacionados à arquitetura da informação, usabilidade do site, interação com os usuários, recursos tecnológicos e padrões utilizados, coleções e tipos de documentos disponibilizados;
- propor parâmetros para uma proposta de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, recomendando práticas em relação aos seguintes aspectos: arquitetura da informação e usabilidade do site; recursos tecnológicos e padrões a serem utilizados; e formação e organização do acervo, incluindo sugestões de coleções e tipos de documentos, formas de disseminação da informação e questões relacionadas aos direitos autorais.

1.4 Justificativa

Este trabalho é uma resposta às necessidades de organização e acesso à informação digital existente na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Livros, periódicos, trabalhos acadêmicos e institucionais, imagens, como fotos e mapas digitalizados, e textos legislativos de interesse da população são exemplos de documentos que poderão ser encontrados na biblioteca digital.

Disponibilizar informações para a comunidade, através da Internet, é uma maneira de a Câmara Legislativa exercer seu papel de trabalhar em prol da população, promovendo a sua imagem perante a sociedade e permitindo ao cidadão acompanhar as atividades parlamentares. A criação de uma biblioteca digital pode contribuir com esta missão.

Aprimorar e modernizar os serviços de informação oferecidos pelo Setor de Biblioteca da CLDF é colaborar com o exercício das atribuições estabelecidas pela Resolução 34/91 para os órgãos de assessoramento à ação parlamentar. Este serviço contribuirá para subsidiar as atividades legislativas e suprir as necessidades de informação de deputados, servidores e da população do Distrito Federal, auxiliando o Poder Legislativo local no cumprimento de suas funções.

Os recursos tecnológicos que possibilitam o armazenamento, organização e recuperação da informação digital são muitos. Atualmente, exige-se que sejam

utilizados de forma racional e inteligente, a fim de produzir os benefícios esperados, pois o excesso de informação pode provocar um ambiente caótico. A implantação de uma biblioteca digital representará a modernização do acesso à informação eletrônica produzida na CLDF e de interesse do Legislativo e da população, de forma rápida e democrática.

1.5 Estrutura da Monografia

Esta monografia está organizada em seis movimentos articulados e complementares.

Na introdução, primeiro movimento deste estudo, foi realizada a contextualização do tema na sociedade da informação, a caracterização da Instituição na qual esta proposta será aplicada, o diagnóstico do problema a ser resolvido, a definição dos objetivos, a exposição dos motivos que justificam este trabalho e a forma como esta monografia está estruturada.

No segundo, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos definidos é apresentada, explicitando qual o tipo de pesquisa foi escolhida e de que forma será desenvolvida a análise e discussão da temática abordada, ou seja, define-se as etapas de realização da pesquisa: a elaboração do referencial teórico e os estudos de caso.

O referencial teórico, terceiro movimento, no qual é realizado o levantamento bibliográfico, inicia-se com um breve histórico da evolução do livro e das bibliotecas ao longo do tempo. Em seguida os conceitos considerados importantes são discutidos e as melhores práticas recomendadas por especialistas, para construção de uma biblioteca digital, são abordadas. Tópicos relacionados ao desenvolvimento de um acervo digital, organização e descrição dos documentos, padrões e tecnologias utilizadas são apresentados de acordo com a literatura da área e alguns trabalhos que tratam sobre as funções do Legislativo, o direito à informação e bibliotecas parlamentares são citados.

Compondo o quarto movimento, são realizados dois estudos de caso. As bibliotecas digitais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados são analisadas em relação aos recursos tecnológicos adotados, arquitetura da informação, usabilidade e interface com o usuário, coleções e tipos de documentos disponibilizados. Estes repositórios foram escolhidos por pertencerem ao Poder

Legislativo e, respeitando-se as devidas proporções, possuírem objetivos e atividades correlatas ao Legislativo local. Os projetos que fundamentaram a construção destas bibliotecas foram examinados para compreensão dos parâmetros definidos e das justificativas para sua adoção.

A partir do referencial teórico e dos estudos de caso são formuladas recomendações para um projeto de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sugere-se, neste quinto movimento, aspectos relacionados à arquitetura da informação e usabilidade do site, interação com os usuários, recursos tecnológicos e padrões utilizados, coleções e tipos de documentos disponibilizados.

Por fim, na conclusão, uma avaliação dos objetivos propostos para este trabalho é apresentada, assim como as perspectivas vislumbradas para implantação e desenvolvimento do projeto almejado, dentro do contexto atual da Instituição.

2 METODOLOGIA

Os objetivos deste trabalho serão alcançados através do desenvolvimento de uma metodologia que permitirá a elaboração das recomendações que serão aplicadas em um projeto de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Seguindo a orientação de Vergara (2005, p.5), a metodologia de investigação desta pesquisa pode ser considerada como aplicada no que diz respeito aos fins, pois tem a finalidade de produzir subsídios para solução de um problema identificado, ou seja, para preencher lacunas no armazenamento, organização e acesso da informação digital existente na CLDF.

Quanto aos meios, esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, pois buscará na literatura os meios para execução deste empreendimento, fundamentando sobre bases teóricas as recomendações formuladas.

Pode-se afirmar que é qualitativa, pois não utiliza dados estatísticos e quantitativos para analisar o tema abordado. Considerou-se a abordagem qualitativa adequada ao desenvolvimento desta pesquisa, pois se pretende analisar e discutir o assunto em profundidade e detalhes, procurando situá-lo no ambiente que se insere.

Esta pesquisa também pode ser classificada como descritiva, pois descreve características e analisa conhecimentos acerca das bibliotecas digitais, incluindo dois estudos de caso, que verificarão os padrões e práticas que são utilizados no Poder Legislativo do Brasil.

A metodologia, que possibilitará a análise e discussão da temática abordada, a fim de alcançar os objetivos propostos, será desenvolvida em duas etapas:

Etapa 1- Referencial Teórico

Seleção e análise, na literatura especializada, de trabalhos que conceituem bibliotecas digitais, abordem o contexto no qual estão inseridas, sua função na sociedade e especificamente no âmbito do Poder Legislativo. Aspectos relacionados às melhores práticas e recomendações para construção de bibliotecas digitais, incluindo os recursos tecnológicos utilizados para criação e implantação destes repositórios também serão explorados.

A pesquisa será realizada em livros, artigos de revistas e todos os tipos de documentos impressos e digitais sobre assuntos relacionados com a temática estudada e que possam contribuir para o desenvolvimento da proposta deste trabalho. Citações e bibliografias, bases de dados referenciais de bibliotecas e sites de busca da Internet também serão pesquisados.

Esta etapa possibilitará a análise e discussão do assunto e trará como resultado a elaboração de um referencial teórico que irá embasar as recomendações para o projeto de biblioteca digital, de acordo com a teoria consolidada e a experiência relatada por especialistas no assunto. Os itens utilizados serão relacionados nas referências apresentadas no final deste trabalho.

Etapa 2- Estudos de Caso

Realização de dois estudos de caso, sobre as bibliotecas digitais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para verificação das práticas utilizadas nestas instituições.

Nesta etapa serão analisados e discutidos aspectos relacionados à arquitetura da informação, apresentação e usabilidade da página, interface com o usuário, tecnologia utilizada e coleções que compõem o acervo digital. Para isto, serão investigados o conteúdo dos projetos de implantação destas bibliotecas e as sua páginas na Internet.

As bibliotecas parlamentares do Congresso Nacional foram escolhidas por pertencerem ao Poder Legislativo do Brasil e possuírem semelhanças com os objetivos e atividades da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem por finalidade embasar o estudo das bibliotecas digitais, buscando na literatura especializada sobre o assunto, conceitos e as melhores práticas utilizadas em instituições que possuem este tipo de experiência.

3.1 Evolução dos Livros e das Bibliotecas

“As bibliotecas, no seu sentido mais amplo, existem quase há tanto tempo como os registros escritos” (MACGARRY, 1999, p. 111). As tábuas de argila e os papiros do antigo Egito, os manuscritos da idade média, o material impresso popularizado pela invenção da imprensa e os documentos digitais foram suportes criados para o registro de informações geradas ao longo do tempo. Desde a antiguidade, a humanidade sente a necessidade de preservar, organizar e recuperar informações. A Biblioteca de Alexandria⁷ é um exemplo da vontade inerente ao ser humano de preservação e busca do conhecimento e do saber. Espaços foram criados com esta finalidade e, para cumprir esta função, surgiram as bibliotecas e os arquivos. Das antigas bibliotecas, acessíveis apenas a uma classe privilegiada da sociedade, até o surgimento das bibliotecas digitais, cujo principal escopo é a democratização do acesso à informação, transcorreu mais de 5.000 anos. Pode-se, portanto, afirmar que estas instituições sobreviveram durante séculos e a sua importância continua viva na atualidade. A grande diferença percebida é que o espaço físico expandiu-se para o espaço virtual, derrubando fronteiras geográficas e possibilitando o compartilhamento de conhecimento entre todas as culturas e classes sociais.

Os princípios gerais que regem as bibliotecas tradicionais podem ser aplicados às digitais. As cinco leis de Ranganathan, publicadas pela primeira vez em 1931, tornaram-se preceitos fundamentais para as bibliotecas:

- 1 Os livros são para usar.
- 2 A cada leitor seu livro.
- 3 A cada livro seu leitor.
- 4 Poupe o tempo do leitor.
- 5 A biblioteca é um organismo em crescimento.

⁷ Biblioteca famosa da antiguidade, fundada em 290 a. c., pelo faraó Ptolomeu Soter do Egito e ampliada por Ptolomeu III em 235 a. c. Foi incendiada em 48 a. c. e destruída no ano de 391. Chegou a reunir mais de 700.000 volumes (GRANDE BARSA CD).

A tradução⁸ para o português, em 2009, do clássico **The Five Laws of Library Science** demonstra a atualidade das idéias de Shiyali Ramamrita Ranganathan. Segundo Tangino (2009) os preceitos do indiano continuam atuais:

[...] para quem consegue visualizar, na biblioteconomia, chance inigualável de exercer a cidadania e lutar pelo acesso universal, oportunizando a todos informações compatíveis às suas demandas informacionais e, portanto, lhes favorecendo a chance de exercitar direitos e deveres.

Para a autora, mesmo que as TIC prevaleçam em qualquer evento da área, as leis de Ranganathan permanecem essenciais até os dias de hoje.

Noruzi (2005) cita Crawford e Gorman em sua reinterpretação dos preceitos de Ranganathan no contexto atual das bibliotecas, propondo cinco novas leis:

- 1 Bibliotecas servem à humanidade.
- 2 Respeito a todas as formas em que o conhecimento é transmitido.
- 3 Uso de tecnologia inteligente para melhorar os serviços.
- 4 Proteção ao livre acesso ao conhecimento.
- 5 Honrar o passado e criar o futuro.

Observa-se que passados 80 anos, os princípios estabelecidos por Ranganathan são totalmente aplicáveis às bibliotecas digitais, pois estas visam à máxima utilização do documento pelo leitor, o atendimento das necessidades de cada usuário, de forma rápida e eficiente, e o aumento contínuo e racional do acervo. Além do mais, estas preocupações, já visíveis em Ranganathan, demonstram o objetivo de satisfazer o usuário e democratizar o acesso às informações. As leis de Crawford e Gorman ampliam este conceito diante das tecnologias atuais e da globalização mundial na sociedade do conhecimento.

Das tábuas de argila até os dias de hoje, a informação e o conhecimento foram registrados em muitos formatos. Procópio (2004, p.13) aponta o surgimento do *e-book*⁹ como uma revolução que possibilitou a democratização do acesso à leitura de uma maneira extraordinária. Esta tecnologia possui múltiplas funcionalidades que permitem entre outras coisas, o acesso instantâneo a milhares de livros, com conteúdo integral, em meio eletrônico. Respeitando-se os direitos autorais, o leitor pode adquirir, gratuitamente ou através de compra em sites de editoras e livrarias, obras de seu interesse, em vários formatos de arquivos digitais, que podem conter texto, som e imagens. Este recurso, economicamente mais barato

⁸ A tradução, de Tarcísio Zandonade, recebeu o título **As cinco leis da biblioteconomia**.

⁹ *e-book*, significa *eletronic book*, ou, em português, livro eletrônico.

que o papel, mas acessível apenas aos que acessam a Internet, contribui com a educação e a aprendizagem, incentivando o hábito da leitura e o compartilhamento da cultura mundial.

Assim como as bibliotecas antigas surgiram para satisfazer um desejo da humanidade de armazenar, organizar, e preservar documentos para poderem ser recuperados posteriormente, as bibliotecas digitais exercem este papel para os documentos que surgem na atualidade, numa velocidade cada vez maior, no espaço virtual. Conhecer os conceitos que existem e estão sendo discutidos por bibliotecários e profissionais de tecnologia e ciência da informação é fundamental para embasamento de qualquer trabalho sobre o tema.

3.2 Conceitos

Bibliotecas eletrônicas, bibliotecas virtuais, e bibliotecas digitais são expressões utilizadas na literatura para se referir ao armazenamento, organização e recuperação de documentos em meio eletrônico. Alguns autores, como Marchiori (1997, p.4), apresentam diferenças em cada uma destas expressões, outros as utilizam de forma idêntica ou semelhante. Kuramoto (2006, p. 147) considera estes termos como sinônimos, sendo que as bibliotecas eletrônicas enfatizam o fato de os acervos encontrarem-se registrados em meio eletrônico, o termo bibliotecas digitais enfatiza o fato de a informação encontrar-se codificada em base digital; e as virtuais, o fato de o sistema utilizar tecnologias da realidade virtual.

Há também as bibliotecas híbridas que se apresentam como uma evolução das bibliotecas tradicionais, pois nestes centros os recursos informacionais oferecidos são complementados pelos digitais, de forma que a maioria dos serviços de informação oferece documentos impressos e digitais, em formato integral. As redes de bibliotecas possibilitam o compartilhamento de recursos em ambiente virtual, por meio de um catálogo coletivo, no entanto, na maioria das vezes, permitem apenas a localização física das obras, não possuindo todas as características que configuram uma biblioteca digital.

Neste estudo, optou-se em estudar mais profundamente os conceitos que esclarecem a expressão biblioteca digital por ser a mais utilizada atualmente e mais adequada aos objetivos propostos.

Os italianos Tamaro e Salarelli (2008, p.120) apresentam, no livro **A Biblioteca Digital**, a definição da Digital Library Federation (DLF) como a mais difundida e relevante no âmbito bibliotecário:

Bibliotecas Digitais são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam acessíveis, pronta e economicamente, para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades.

O conceito apresentado por Toutain (2006, p.16) para bibliotecas digitais aponta na mesma direção:

Biblioteca que tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros -, que estão disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outra bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

Entre as definições que se aproximam dos conceitos utilizados nas bibliotecas tradicionais, a de Lesk (1997) citado por Alencar (2004, p.4) é simples e objetiva:

Coleções organizadas de informações digitais. Elas combinam a estrutura e a reunião de informações que as bibliotecas e os arquivos sempre fizeram com a representação digital que os computadores tornaram possível.

Alvarenga (2001, p.4) apresenta as seguintes idéias em um ensaio que se propõe a delinear uma estrutura teórico-conceitual que vise à fundamentação de pesquisas no campo das bibliotecas digitais:

Por biblioteca digital entende-se um conjunto de objetos, concebidos em meio digital, desmaterializados de sua condição física tradicional, constituídos de funções inteiramente novas que lhes garantem a hipertextualidade e caráter multimidiático, tornando-os passíveis de acatar novos e peculiares arranjos e tipos de abordagem, no processo de sua recuperação... concebidos com o objetivo de registrar e comunicar pensamentos, idéias, imagens e sons, disponíveis a um contingente ilimitado de pessoas, dispersas onde quer que a plataforma www alcance.

Procópio (2004, p. 89), em seu trabalho sobre a elaboração de um projeto de biblioteca digital comunitária ou pública, as caracteriza de uma forma que pode ser comparada a uma biblioteca tradicional, na qual as obras são organizadas em estantes:

Website que dispõe de uma coleção pública ou privada de livros, documentos eletrônicos ou congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta. Organizadas por estantes virtuais [em ordem de autor, gênero ou obra] e que guardam e/ou ordenam arquivos de documentos eletrônicos, onde os leitores de todo o mundo acessam e fazem download a partir de um único servidor ou de vários servidores interligados.

A International Federation Library Association (IFLA) e a United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO) lançaram o **Manifesto para Bibliotecas Digitais**, definindo-as como uma coleção de objetos digitais disponíveis on-line, que possuem qualidade garantida e que são geridos de acordo com princípios aceitos internacionalmente, possibilitando seu desenvolvimento e disponibilização de forma coerente e sustentável, apoiada por serviços necessários para permitir aos usuários recuperar e explorar os recursos oferecidos.

Este manifesto procura demonstrar o relevante papel que as bibliotecas digitais podem desempenhar na aprendizagem e na educação, tornando o patrimônio cultural e científico do mundo acessível a cidadãos do mundo inteiro, conectando culturas, sem limites geográficos. Recomenda aos governos nacionais e locais, organizações intergovernamentais e patrocinadores que reconheçam a importância estratégica das bibliotecas digitais como instrumentos de acesso e divulgação de conhecimentos e informações, incentivando a instalação destes mecanismos de difusão do saber mundial, e diminuindo, desta forma, o abismo formado pela desigualdade social e a exclusão digital¹⁰. Propõem também que as bibliotecas digitais sejam organizadas com base nas melhores práticas estabelecidas pelas bibliotecas que já possuem experiência na criação de acervos digitais.

No contexto das universidades, as bibliotecas digitais são muito difundidas e utilizadas por serem um meio eficiente de armazenamento, organização e divulgação de informações em diversas áreas do conhecimento. A comunidade acadêmica vê a biblioteca digital como um depósito e concentra-se em sistemas sofisticados de recuperação da informação, rápidos e poderosos, que dispensem a mediação de bibliotecários. Os chamados repositórios institucionais são exemplos deste tipo de sistemas de informação que representam um novo modelo de comunicação científica (MONTEIRO, 2008, p.3). Os repositórios institucionais acadêmicos são sempre vinculados a uma universidade que exerce o seu controle.

¹⁰ O manifesto, ainda sem tradução oficial para o português, utiliza a expressão *digital divide* para exclusão digital. Pode-se afirmar que é a situação oposta à inclusão digital.

Os trabalhos, geralmente, são incluídos pelos próprios autores e os repositórios permitem acesso à informação científica não publicada.

Os documentos digitais surgiram na sociedade a partir do uso dos computadores e o compartilhamento e transmissão de informações, em meio eletrônico, foi possível com a criação de redes de comunicação de dados, especialmente da Internet. Pode-se questionar quais as características que identificam este tipo de documento e sob qual forma podem ser apresentados. Tamaro e Salarelli (2008, p.3) apresentam o conceito de documento com a amplitude adquirida ao longo dos tempos, afirmando que de um ambiente onde predominava o papel, ligado às técnicas e fórmulas de expressão da palavra escrita, passou-se a considerar como 'documentos' instrumentos, objetos, prédios, vestuário, alimentos, ou seja, tudo quanto se possa revelar como portador de significados. Os autores citam o historiador Henri Moniot¹¹, que distinguiu dois tipos de documentos, os materiais que contêm informação registrada conscientemente para serem transmitidas no tempo, e outros tipos de materiais que, independentemente da vontade de quem os tenha utilizado, revelam-se, depois de interpretados, igualmente fontes preciosas de pesquisa. Os primeiros referem-se à informação propositadamente codificada que deve ser interpretada no seu contexto de origem e os demais documentos podem ser considerados como vestígios que, por si, apresentam um valor implícito de signo, de indício, de prova, de testemunho. Estes últimos são utilizados pelos historiadores para inferir afirmações sobre acontecimentos, uma época, um contexto. Moniot refere-se a estes documentos como neutros e silenciosos.

O que diferencia um documento digital dos outros, em qualquer formato, por exemplo, texto, imagem ou som, é a codificação num formato único conversível para uma sequência de bits¹². Segundo Toutain (2006, p.17), documento digital é o registro de informação codificado por meio de dígitos binários e a digitalização é o processo de conversão de um documento analógico para um formato digital, por meio de dispositivo apropriado, como um scanner ou câmera fotográfica. Entende-se, assim, que documentos digitais são aqueles que foram transformados para um formato legível por computador ou foram originalmente produzidos em meio

¹¹ No texto **História dos Povos sem História**, Henri Moniot defende a utilização de fontes orais e métodos etnológicos como válidos para incluir populações, que até a década de 1960, eram excluídas da História, por não apresentarem fontes escritas como documentos históricos.

¹² Na computação, o bit, *binary digit*, ou, em português, dígito binário é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida, com apenas dois valores possíveis 0 ou 1.

eletrônico, ou seja, já nasceram neste ambiente. Para Arellano (2004, p.16), um objeto digital é aquele que foi criado em computador, podendo ser original ou uma versão depois de haver sido convertido (ou digitalizado). Em seu artigo sobre preservação de documentos digitais, ele alerta para a importância desta atividade e cita especialistas que consideram as bibliotecas digitais como repositórios apropriados para desempenhar esta função, pois possuem a capacidade de se adaptar mais rapidamente do que as bibliotecas tradicionais às frequentes mudanças tecnológicas (LESK, 1997 apud ARELLANO, 2004, p.17).

Livros, revistas e textos produzidos eletronicamente, fotos de esculturas, pinturas e construções que possuam algum valor arquitetônico ou histórico, vídeos, jornais e outros tipos de materiais digitalizados são exemplos de documentos que podem ser armazenados, organizados e acessados on-line nas bibliotecas digitais. Elas surgem como um meio de agrupar e recuperar documentos em um único repositório digital criado por uma ou mais instituições, com objetivos definidos para atender uma determinada clientela.

A descrição dos documentos eletrônicos, e do seu conteúdo, nas bibliotecas digitais é feita através de metadados. Toutain (2006, p.19) define metadados como “Elementos de descrição/definição/avaliação de recursos informacionais armazenados em sistemas computadorizados e organizados por padrões específicos, de forma estruturada.” Os metadados também são comumente definidos como “dados sobre dados” e, segundo Buckland (2006, p.3), seu propósito original é descrever documentos. Siqueira e Campos (2004) os definem como “um conjunto de dados referenciais metodologicamente estruturados e codificado conforme padrões internacionais, para localizar, identificar e recuperar pontos informacionais dos documentos.” A utilização de metadados é uma forma de permitir a recuperação de documentos, em catálogos manuais ou eletrônicos, bem como em bibliotecas digitais, através de pontos de acesso, como autor, título, data e assunto.

3.3 A construção de uma Biblioteca Digital

Organizar e tratar a informação, de modo a torná-la acessível, da maneira mais rápida e precisa possível, agrega valores para todos os tipos de organizações e também para pessoas, considerando as necessidades individuais do ser humano. A tecnologia da informação oferece ferramentas que possibilitam a organização da e

recuperação da informação de diferentes formas. As bibliotecas digitais surgem como um instrumento poderoso de distribuição, cooperação e acesso ao conhecimento, atendendo e podendo servir de foco agregador a uma comunidade segmentada, distribuída geograficamente (MARCONDES (Org.), 2006, p. 11).

O processo de formação e desenvolvimento de uma biblioteca digital pode ser comparado ao de uma biblioteca tradicional. O ciclo documentário, definido por Robredo (2005), inicia-se pela seleção e aquisição de documentos, tratamento do conteúdo pela análise e processamento das obras, busca e recuperação da informação e a disseminação desta informação.

Em artigo intitulado **Desafios na Construção de uma Biblioteca Digital**, Cunha (1999, p.258) aponta pontos importantes para a implantação de acervos digitais em bibliotecas universitárias tradicionais. Mesmo sendo o foco deste estudo as bibliotecas acadêmicas, e tendo em vista as inovações tecnológicas ocorridas no decorrer dos últimos anos, o trabalho de Cunha permanece atual em relação aos aspectos abordados, determinando alguns parâmetros que, devidamente analisados no novo contexto, valem para todos os tipos de bibliotecas. Segundo o autor não existe uma estratégia única para criação de uma biblioteca digital, pois estas sofrem influência da cultura e das situações econômico-financeiras de cada instituição. No entanto, neste estudo, sugere os seguintes pontos que precisam ser considerados: instalações físicas; aquisição e desenvolvimento de coleções; comutação bibliográfica¹³; catalogação, classificação e indexação; referência; preservação; e tecnologia. Neste trabalho, pretende-se analisar estes aspectos, procurando integrá-los e buscando outros referenciais que possam complementar os pontos abordados.

Em relação às instalações físicas é necessário adequar prédios antigos, ou planejar nas novas construções, a infraestrutura necessária para instalação de equipamentos e redes de comunicação que possibilitem a implantação de serviços de informação informatizados e permitam o acompanhamento das inovações tecnológicas que ocorrem constantemente. As bibliotecas devem estar preparadas para funcionar de forma híbrida, ou seja, com materiais impressos, ou em outros suportes tradicionais e com a informação disponibilizada em formato digital. Não é mais necessário reservar lugar para os catálogos e muitos documentos poderão ser

¹³ A comutação bibliográfica permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. O site do IBICT disponibiliza uma página para o COMUT, programa que possui o objetivo informado.

acessados exclusivamente em meio eletrônico, economizando espaço antes utilizado para este fim. As bibliotecas digitais são acessadas virtualmente não exigindo espaço físico para sua implantação, mas é necessário prever um aumento na demanda por computadores e as instalações precisam ser modernizadas, possibilitando este tipo de acesso e permitindo o uso de laptops, por exemplo. O silêncio nas dependências da biblioteca ainda é importante, pois esta continua sendo um local de estudo e leitura e o mobiliário deve ser adequado à utilização dos novos equipamentos pelos funcionários e usuários.

O segundo aspecto a ser considerado na implantação de bibliotecas digitais é relacionado com a aquisição e desenvolvimento do acervo e coleções. A biblioteca digital apresenta novas oportunidades de mudanças, integrando materiais eletrônicos nos acervos e serviços. A aquisição de documentos pode sofrer reduções, pois coleções inteiras podem ser disponibilizadas em ambiente digital, tanto por meio de assinaturas como gratuitamente. Os itens que compõem o acervo podem ser comprados, doados, trocados ou digitalizados localmente, desde que respeitada a legislação dos direitos autorais. Muitas obras que foram digitalizadas podem ser descartadas, pois foram disponibilizadas em sites de organizações e, em alguns casos, não há justificativa para se manter o exemplar impresso. A integração de novas tecnologias, como a implantação de bibliotecas digitais, assinatura eletrônica de periódicos ou suportes de informação como o CD-ROM¹⁴, devem revolucionar a política de aquisição e desenvolvimento dos acervos, trazendo novas opções de acesso à informação que, é importante salientar, nem sempre são baratas. O compartilhamento de recursos informacionais através da cooperação e celebração de convênios entre instituições, formando redes de bibliotecas, é fundamental para evitar a duplicação desnecessária de acervos digitais, reduzindo custos e racionalizando atividades. Salienta-se, ainda, a importância da elaboração de uma política de desenvolvimento do acervo que defina os critérios de seleção, avaliação e descarte dos documentos que irão compor as coleções da biblioteca digital, bem como sua preservação. Tais critérios devem estar de acordo com os objetivos da clientela servida e em sintonia com a política da instituição à qual pertence.

¹⁴ CD-ROM significa *Compact Disc Read-Only Memory* ou, em português, Disco Compacto - Memória Somente de Leitura.

O atendimento aos usuários através do serviço de referência das bibliotecas é outro aspecto analisado, sendo o bibliotecário um intermediário que assume as funções de repassar ao usuário os recursos para a busca da informação em qualquer formato que se apresente. Em artigo mais recente, Cunha (2008, p. 15) reavalia os serviços oferecidos nas bibliotecas do futuro. O acesso 7 dias por semana, durante 24 horas, ao acervo digital e catálogos; atendimento on-line através de chats e e-mail; acesso eletrônico a textos integrais e imagens são exemplos citados e, atualmente, já são realidade. Houve uma quebra de paradigmas no acesso à informação, pois o usuário pode ser atendido mesmo a biblioteca não possuindo o documento e sem necessitar de deslocamento físico para servi-lo. Comenta o fato da biblioteca digital sempre entregar a informação em conteúdo integral para o cliente, coisa que dificilmente a biblioteca convencional poderia fazer. Apesar das diferenças existentes entre as bibliotecas tradicionais e digitais, os objetivos das duas ainda são muito semelhantes. A satisfação das necessidades de informação dos clientes é a finalidade primordial de qualquer serviço de referência de uma biblioteca.

Em Cunha (2008, p.258) são apontadas as diferenças e convergências entre as bibliotecas digitais e as convencionais, sendo a biblioteca convencional definida como aquela em que a maioria dos itens do seu acervo é constituída de documentos em papel. A biblioteca digital combina a estrutura e a coleta da informação tradicionalmente usada em bibliotecas e arquivos, com o uso da representação digital tornada possível pela informática. Afirma, ainda, que os bibliotecários “sempre receberam de bom grado a tecnologia que possibilitou fazer as coisas de uma maneira mais fácil e rápida” (p.8). Descreve o uso da informática na organização de dados e acesso à informação, comparando os catálogos tradicionais e on-line com os recursos proporcionados pelos buscadores da Internet.

Choi e Rasmussem foram citadas e traduzidas por Cunha (2008, p.5) na afirmação de que as bibliotecas digitais são parecidas com as tradicionais:

[...] uma organização centrada no usuário, movendo-se de forma integrada entre seus componentes. Entretanto, o objetivo maior da biblioteca digital é consistente com aquele da biblioteca convencional, isto é, organizar, distribuir e preservar os recursos informacionais.

Outro aspecto importante analisado pelo autor refere-se ao tratamento do conteúdo dos documentos através da catalogação, classificação e indexação dos

itens que compõem o acervo. O processamento técnico das obras permite a descrição e recuperação das informações contidas nas bibliotecas digitais. Cunha (1999, p.262) desafia bibliotecários a prover novos meios de descrever os itens e conteúdos de documentos. Não só textos integrais, mas imagens, sons, arquivos e outros tipos de documentos são disponibilizados em ambiente eletrônico e, atualmente, além das normas internacionais de descrição de documentos¹⁵ consagradas pelo uso na Biblioteconomia, existem padrões que vêm sendo utilizados com sucesso para os novos formatos, melhorando os requisitos que permitem seu acesso e uso em ambiente virtual. A recuperação de itens através da pesquisa por autor, título, editora e assuntos indexados são exemplos de busca da informação que podem ser viabilizados pelo uso de padrões de descrição dos documentos.

Vidotti e Sant'Ana (2006, p.78) discorrem sobre o desenvolvimento de uma biblioteca digital, que se inicia com a aquisição dos itens documentários digitais (compra, digitalização, acesso em outros sites e auto-arquivamento). O processamento técnico (catalogação, classificação e indexação) dessas obras é realizado através da elaboração de metadados. Buckland (2006, p.3), afirma que o propósito original dos metadados é descrever documentos. A utilização de campos padronizados para descrição de dados em formato MARC¹⁶ e o Dublin Core são exemplos citados pelo autor. Estes formatos permitem que os elementos dos registros bibliográficos, como por exemplo, autor e título, sejam encapsulados de forma que possibilitem o intercâmbio de informações entre vários sistemas computadorizados.

Novos instrumentos, que utilizam metadados e linguagens de marcação¹⁷, estão sendo utilizados para descrever os conteúdos de recursos digitais, pois facilitam a organização e recuperação dos documentos numa biblioteca digital. O Dublin Core é um exemplo de padrão de metadados muito utilizado por bibliotecas digitais já implementadas por se adequar muito bem às exigências determinadas pelas novas tecnologias. Por este motivo, e pelo fato de ser o formato adotado pelas

¹⁵ As normas contidas no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR-II), amplamente utilizado para descrição dos dados dos documentos, em fichas de catálogos, mostram-se insuficientes para atender as novas necessidades técnicas.

¹⁶ MARC significa *Machine Readable Cataloging*, ou, em português, Catalogação legível por Computador.

¹⁷ As Linguagens de marcação têm como característica principal criar marcas (tags) para delimitar um texto, fornecendo instruções a computadores sobre como apresentar o conteúdo de um arquivo. (FURGERI, 2006, p.226).

bibliotecas digitais do Senado e da Câmara, optou-se, neste trabalho, em analisá-lo mais detalhadamente.

Rosetto e Nogueira (2001?) esclarecem que os recursos de descrição do Dublin Core foram estabelecidos pelo W3C¹⁸, consórcio responsável pelo gerenciamento da Internet. Quinze elementos de metadados padrão foram definidos por uma equipe interdisciplinar de profissionais com o objetivo de descrever recursos disponíveis na Internet e ser um meio de comunicação e de procura de informações na Rede. Segundo Toutain (2006, p.1):

O Dublin Core é um formato de descrição e recuperação de recursos na Internet que possui um padrão correspondente a 15 elementos de dados, que servem para descrever recursos web como páginas HTML¹⁹.

Elementos adicionais podem ser incluídos para atender necessidades específicas. Marcondes (2006, p. 100) afirma que o padrão de metadados para descrição de documentos eletrônicos propostos pela Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) foi pensado segundo esta idéia: ser simples o suficiente e auto-explicativo, de modo que o próprio autor do documento possa descrevê-lo ao publicá-lo eletronicamente. O padrão DCMI é composto de 15 elementos descritivos:

Dublin Core Metadata Element Set (DCMES)		
1	Subject	Assunto referente ao conteúdo do recurso.
2	Title	Um título dado ao recurso.
3	Creator	Uma entidade principal responsável pela criação ou elaboração do conteúdo do recurso. Ex.: o autor.
4	Publisher	A instituição responsável pela publicação do recurso na Internet. Ex o editor.
5	Contributor	Uma entidade responsável pela contribuição ao conteúdo do recurso. Ex.: o colaborador.
6	Description	Uma descrição sobre o conteúdo do recurso.
7	Date	A data de publicação.
8	Type	A natureza ou gênero do conteúdo do recurso. Ex.: romance, homepage, dicionário.
9	Format	Manifestação física ou digital do recurso. Ex.: texto, PDF, Word, HTML.
10	Identifier	Geralmente o URI de um documento eletrônico.
11	Source	Fonte ou origem, ou seja, uma referência para outro recurso.
12	Language	Idioma do documento.
13	Relation	Uma referência a outro recurso que se relaciona com o recurso disponibilizado. Ex.: outras versões do documento.

¹⁸ O World Wide Web Consortium (W3C) é um consórcio internacional que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes, e que visa desenvolver padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web.

¹⁹ HTML significa *HyperText Markup Language*, em português, Linguagem de Marcação de Hipertexto, é uma linguagem de marcação utilizada para produzir páginas na Web.

14	Coverage	A extensão ou cobertura espacial ou temporal do conteúdo do recurso.
15	Rights	Informações sobre os direitos autorais do recurso e seu uso.

Quadro 1: Elementos de descrição de metadados Dublin Core

O trabalho de Cautela, realizado no ano de 2009, permite visualizar um panorama das instituições da Administração Pública Federal, que possuem informações disponibilizadas em meio eletrônico. A autora identificou os repositórios que realmente possuem as características de um acervo digital, pois para serem considerados como tal, “deve-se ter em mente a necessidade de se usar todos os recursos tecnológicos associados (software, protocolos de comunicação, metadados e política de direitos autorais) como premissas para construção e manutenção destes acervos”. De um universo de 99 instituições analisadas, dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, podem-se citar algumas que realmente possuem as características de uma biblioteca digital. Dentre outras, optou-se por destacar a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), a Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJUR), a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília (UnB) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estas instituições utilizaram o padrão de metadados Dublin Core e o software DSpace. Outras instituições utilizaram o mesmo formato de descrição de dados, mas optaram por outros softwares. De acordo com a pesquisa, a Biblioteca Digital do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) utiliza o software livre URLib e a Biblioteca Nacional Digital utiliza um software proprietário, o Interdocs. Esta biblioteca é participante fundadora da Biblioteca Digital Mundial (World Digital Library), criada por iniciativa da UNESCO, para divulgar e preservar os documentos históricos, já disponíveis em formato digital, de países do mundo todo. O protocolo OAI-PMH²⁰ é utilizado por todas as bibliotecas citadas e possui a vantagem de facilitar o compartilhamento de informações entre vários tipos de sistemas utilizados. Existem muitas instituições que possuem acervos digitais que podem ser acessados eletronicamente por meio da Internet (Anexo C).

Observa-se que na época do levantamento feito por Cautela (2009), entre os dias 05 e 26 de fevereiro de 2009, a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (BD) ainda não havia sido implementada. Assim como a do Senado Federal, a Biblioteca da Câmara também optou por utilizar o padrão de descrição de dados

²⁰ OAI-PMH é um protocolo desenvolvido pela *Open Archives Initiative*, utilizado para distribuir e coletar metadados principalmente relativos à descritores de documentos.

Dublin Core e o software DSpace. Estes dois casos serão estudados mais detalhadamente, neste trabalho, por se tratarem de bibliotecas digitais no âmbito do Poder Legislativo brasileiro.

Além da adoção de um padrão único para descrição dos metadados, muitas bibliotecas adotaram o software livre DSpace para gerenciamento dos seus recursos. Este sistema foi desenvolvido pelo MIT Libraries em cooperação com a Hewlett-Packard (HP) e disponibilizado gratuitamente para qualquer instituição, permitindo ser customizado e adaptado independentemente. Por possuir código aberto, permite que a comunidade de usuários gerencie o desenvolvimento das novas versões e que, de forma ativa, todos contribuam com seus conhecimentos e especializações na melhoria do sistema. No Brasil, o DSpace é apoiado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) que mantém uma página sobre este sistema²¹, informando que “foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada.” Informa também que editoras, bibliotecas, arquivos e centros de informação, em vários países, estão utilizando este software e criando repositórios contendo diferentes tipos de conteúdos e formatos de arquivos digitais. A Universidade do Minho (UMinho) traduziu e utiliza a primeira versão, em português, do DSpace e o IBICT desenvolveu manuais disponíveis no site e elaborados por Shintaku (2005?), para instalação e configuração deste software. Segundo este documento, o DSpace pertence à categoria dos repositórios digitais e possui várias facilidades implementadas para o pleno funcionamento desse conceito. O sistema possui uma estrutura de comunidades e coleções para conter os itens de dados, desta forma facilita a organização das informações pertencentes ao repositório. Baseado em três processos básicos (submissão, preservação e recuperação), o DSpace possibilita a publicação de objetos digitais de maneira fácil e segura (SHINTAKU, 2005?, p.3).

Monteiro (2008, p. 96) descreve o DSpace como ideal para ser utilizado na construção de bibliotecas digitais, por permitir submeter e descrever documentos digitais, em diferentes formatos, distribuir os documentos na web, possibilita a

²¹ A página pode ser acessada no endereço
<http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=>

pesquisa, o acesso e a preservação. Por não ser comercial e de fácil instalação é utilizado para a construção de repositórios digitais, e atende às necessidades de qualquer instituição. Pode incluir conteúdos como textos, imagens e imagens em movimento, conforme informações disponíveis no próprio site deste software. Uma das principais vantagens de sua utilização é que as informações constantes dos repositórios construídos neste sistema podem ser recuperadas na Internet, por sites de busca como o Google, por exemplo. Este recurso de pesquisa acrescenta visibilidade aos documentos, contribuindo para sua divulgação e disseminação na Rede.

Segundo Kuramoto (2006, p.153) o total desenvolvimento de um sistema para administrar uma biblioteca digital nem sempre é uma solução viável, tendo em vista o alto custo da tecnologia e a dependência de recursos humanos especializados tanto em informática quanto em informação com experiência neste tema. Para o autor, apesar de os pacotes de software nem sempre possuem todas as funcionalidades desejáveis algumas delas poderão vir a ser úteis, principalmente quando esse pacote é um software *open source* (livre), devido à possibilidade de se inserirem modificações de forma a atender às necessidades específicas de cada aplicação. Apresenta um quadro de pacotes de software *open source* e suas características técnicas, observando que possuem caráter genérico, isto é, que podem ser utilizados para qualquer tipo de aplicação, inclusive na construção de bibliotecas digitais. Isto significa que estes softwares são capazes de tratar, organizar, registrar e disseminar qualquer tipo de documento. Cita os seguintes softwares: CDSware, E-Prints, Nou-Rau, Phronesis, Fedora e DSpace.

Alvim (2006) cita o Koha, Greenstone, MyLibrary, oss4l, Fedora e E-prints como exemplos de softwares abertos para implementação de bibliotecas digitais, mas analisa detalhadamente apenas o DSpace. Baseando-se em características descritas pela autora, sendo que alguns dados foram complementados utilizando-se o manual do IBICT e Kuramoto (2006, p. 155), elaborou-se o seguinte quadro:

Características do DSPACE	
Objetivos	Captura e descreve documentos na web, possibilitando a pesquisa e acesso ao documento completo com possibilidade de obtenção de uma cópia.
Software	<i>Open source</i> ; funciona em vários sistemas operacionais, incluindo Linux e Unix; pode ser adaptado e expandido; escrito na linguagem de programação Java; permite importar exportar documentos em vários

	formatos. O software de banco de dados é o PostgreSQL 7.3+
Tecnologias	Recente, na página pode-se descarregar novas versões.
Ferramentas de apoio	Inclui ferramentas para transformação de imagens, para extração de textos completos a partir de vários formatos, para criação de índices e Media Player ²² .
Estrutura	Os dados estão organizados de forma a refletir a estrutura da instituição que a usa. Utiliza uma arquitetura simples de acordo com o OAIS reference model. ²³
Recuperação	A recuperação dos itens de dados pode ser feita de várias maneiras: listas ordenadas por data, autores, comunidades, assuntos etc. O sistema apresenta também duas interfaces de busca: simples e avançada.
Utilização típica	Repositórios de instituições, repositórios com objetos para ensino, gestão de recursos eletrônicos.
Padrão de interoperabilidade	Acesso aberto ao conhecimento, <i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i> (OAI-PMH), Web services
Metadados	Os documentos deverão ser submetidos, preferencialmente, em padrão Dublin Core, existindo a possibilidade de utilizar outros.
Tipo de documentos	Todas as formas de materiais digitais, incluindo texto, imagem, áudio e vídeo para os tipos de objetos digitais e todos os tipos mais comuns de arquivos como: PDF, DOC, TXT (para texto), JPG, GIF (para imagens), etc.
Workflow	O circuito de depósitos de documentos é adaptável às necessidades das instituições e o autoarquivamento dos documentos é possível, dividido por etapas e de fácil utilização.
Preservação Identificadores	A longo prazo. Referencia de forma persistente os seus recursos para pesquisas futuras serem possíveis. Cria identificadores persistentes para cada item, coleção e comunidade. Utiliza o sistema CNRI Handle System ²⁴
Segurança	Utiliza a técnica “ <i>disaster recovery</i> ” ²⁵ para garantir a segurança dos documentos armazenados
Ajuda	Possibilita aconselhamento aos fornecedores de conteúdos para que a documentação armazenada seja fornecida nos formatos mais adequados à preservação

Quadro 2: Características do software DSpace

Vicentini (2006, p.243) afirma que uma das características necessárias a uma biblioteca digital é a sua estruturação para integração e interoperabilidade das informações dos documentos digitais, por meio de metadados, possibilitando a integração com outros bancos digitais. Recomenda a adoção de protocolos e padrões de descrição de dados aceitos e utilizados internacionalmente e observa que a tecnologia escolhida para construção de uma biblioteca digital precisa ser flexível de forma que permita adaptações rápidas quando houver necessidade de alterações. A hipótese de utilização de um software com características proprietárias

²² Programas reprodutores de mídia digital.

²³ O modelo de referência OAIS surge no âmbito da preservação digital como uma arquitetura para a construção de arquivos digitais - Norma ISO 1472:2003.

²⁴ O órgão internacional CNRI Handle System fornece um identificador seqüencial único que garante que, mesmo que o endereço do servidor da biblioteca digital mude, os recursos digitais possam continuar sendo referenciados univocamente.

²⁵ Processo de recuperação de um sistema depois de ter acontecido um desastre natural ou provocado pelo homem. Este procedimento visa à recuperação do acesso a dados, comunicações e áreas de trabalho.

deve ser descartada, pois exigiria permissão do dono para que fosse alterado, em caso de necessidade. No entanto, algumas das bibliotecas da Administração Pública analisadas por Cautela (2009, p.75), no levantamento feito em seu trabalho, fizeram esta opção.

Procópio (2004, p.25), em seu livro **Construindo uma Biblioteca Digital**, apresenta subsídios e sugestões para um projeto de biblioteca digital comunitária ou pública, cujo acervo seria principalmente feito de livros digitalizados e *e-books*. Dedicou um capítulo à digitalização de documentos, afirmando que este processo pode ser utilizado em qualquer biblioteca digital conforme o interesse da instituição mantenedora. Aconselha o uso de scanners com capacidade de captura de imagens de alta resolução, e softwares de OCR²⁶ que permitem converter tabelas de imagens escaneadas em textos. Cita os seguintes softwares que podem ser utilizados com esta função: TextBridge Professional, Calera WordScan, ABBYY Fine-Reader, Recore, OminiPage, PrimeOCR, TypeReader Professional, PageGenie Pro e Print Pro Milenium.

De acordo com o mesmo autor, um documento no formato papel, após ser escaneado e ter uma cópia de sua imagem capturada, pode ser convertido em texto eletrônico para novamente ser rediagramado ou revisado em processadores de textos. Recomenda que a digitalização de livros seja feita em etapas, desde a preparação física do documento, sua digitalização, o processamento em OCR, tipos de arquivos que os conteúdos podem ser salvos, controle de qualidade e transformação dos arquivos em PDF²⁷.

Um aspecto muito importante que deve ser considerado no momento do planejamento e elaboração da página da biblioteca digital na Internet é a arquitetura da informação e a usabilidade dos recursos oferecidos ao usuário. Para Espantoso (1999/2000) “a arquitetura da informação é utilizada para organizar os conteúdos (texto, gráficos, *plug-ins*, etc.) de um site e facilitar a navegação e a interatividade entre o computador e o usuário”. Compreender o conceito de usabilidade é fundamental para ajudar no planejamento do site e facilitar a interação entre o ser humano e o computador. A norma ISO 9241-11 a define como a capacidade na qual

²⁶ OCR significa *Optical Character Recognition*, traduzindo para o português, Reconhecimento Óptico de Caracteres.

²⁷ PDF significa *Portable Document Format*, ou, em português, Documento em Formato Portátil, tecnologia universal desenvolvida pela empresa Adobe Systems. Este formato é de domínio público e permite a visualização do documento em texto integral.

um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos (USABILITY NET apud REIS, 2007, p. 50). Desta forma, pode-se avaliar se a arquitetura da informação foi centrada no usuário, ou seja, se a usabilidade do *website* e as funcionalidades oferecidas estão atendendo às suas necessidades. Definir o público alvo através de um estudo do perfil do usuário é importante para que o site atinja sua finalidade. Para Reis (2007, p.26), o objetivo da arquitetura da informação é organizar a informação de forma que seus usuários possam assimilá-la com facilidade.

A página inicial deve ser limpa e interativa de forma que o cliente possa compreender os recursos de pesquisa oferecidos e os documentos que podem ser acessados. Geralmente os itens de uma biblioteca digital são organizados em coleções que agrupam documentos com as mesmas características. Há casos de repositórios que são organizados por comunidades de interesse e dentro das comunidades, estão as coleções. É o caso das bibliotecas digitais das universidades que possuem departamentos em diversas áreas do conhecimento, representados por comunidades, e, às vezes, por subcomunidades. Uma navegação fácil é fundamental para o sucesso de qualquer *website* que pretenda oferecer algum tipo de serviço e se isto não ocorrer, o cliente poderá desistir rapidamente da busca.

Vidotti e Sant'Ana (2006, p. 83) destacam que a usabilidade do site deve ser constantemente avaliada através de estudos de usuário para verificar a interação e a satisfação do usuário em relação ao sistema. É fundamental que a arquitetura da informação permita o fácil acesso às informações desejadas e atenda às necessidades do seu público alvo. Fazem a seguinte recomendação:

[...] os elementos básicos da arquitetura da informação aplicados à biblioteca digital visam à criação de estruturas digitais que priorizem a organização descritiva, temática, representacional, visual e navegacional de informações, em consonância com o conteúdo informacional, o contexto e o usuário, tendo objetivos bem definidos, adequando o dimensionamento e o direcionamento dos serviços e dos produtos informacionais aos usuários potenciais (p.90).

A definição da arquitetura da informação do *website* da biblioteca digital e a escolha do software e do hardware devem priorizar a interação do usuário com o sistema de informação. Acredita-se que a definição dos parâmetros para construção de uma biblioteca digital deve resultar de um trabalho conjunto entre bibliotecários e profissionais de tecnologia da informação. Os primeiros possuem a experiência de atendimento direto aos usuários, executando buscas e

recuperação da informação, e detêm conhecimento de técnicas de descrição de conteúdo de documentos, por meio de metadados, e indexação de assuntos. Os profissionais de informática possuem competências e habilidades que lhes permitem planejar sistemas, trabalhar com softwares e adquirir equipamentos adequados às necessidades identificadas.

A preservação das informações é um dos aspectos que precisam ser observados no projeto de uma biblioteca digital, tendo em vista as frequentes mudanças tecnológicas que provocam a rápida obsolescência de equipamentos e programas de computadores. Além disto, são necessárias condições ideais de temperatura e umidade para preservação e segurança das informações eletrônicas (CUNHA, 1999, p.265). Atualmente, existem normas técnicas²⁸ para elaboração de sistemas de segurança da informação que garantem a preservação de informações em meio eletrônico e, preferencialmente devem ser aplicadas de uma forma integrada com a política da instituição, em sintonia com os sistemas implantados na organização.

A legislação acerca de direitos autorais é uma questão polêmica que é muito discutida quando se trata de documentos disponibilizados na Internet. Livros, músicas, vídeos e informações em diversos formatos são exemplos que estão sujeitos à legislação que garante o pagamento dos direitos do autor. O consenso entre especialistas é que deve prevalecer o respeito às normas vigentes no país, ou espaço geográfico no qual a obra for incluída na Rede. Segundo Tammaro e Salarelli (2008, p.281), os problemas jurídicos relacionados aos direitos autorais e propriedade intelectual dependem das diversas legislações nacionais. Ressaltam o desequilíbrio que há entre interesses do autor, do editor e do usuário. Os dois primeiros procuram controlar e fazer respeitar os direitos do autor, enquanto os usuários, ao contrário, alimentam expectativas opostas. A gestão dos direitos do autor é um problema complexo e provoca grandes debates. Pode-se compreender, de forma simplificada, que as normas para uso dos documentos digitais são as mesmas que para outros tipos de obras. As bibliotecas digitais devem estar atentas para esta questão, disponibilizando apenas itens que estejam livres dos direitos autorais, ou, quando for o caso, garantindo a autorização expressa dos autores para

²⁸ A série de normas técnicas 27000 é um conjunto de recomendações para práticas de gestão da segurança da informação, desenvolvidas pela ISO/IEC (International Standardization Organization e International Engineering Consortium) e homologadas no Brasil pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

divulgação de suas obras, ou ainda, possibilitando o pagamento devido aos que a ele têm direito.

No Brasil é a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 que trata sobre os direitos autorais, dispendo sobre os muitos aspectos que envolvem as obras criadas, inclusive aquelas “expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (artigo 7). Entende-se que se enquadram neste dispositivo, os documentos disponibilizados em ambiente digital que necessitam da autorização expressa e prévia do autor para que possam ser divulgadas. Há uma proposta do Ministério da Cultura (Minc)²⁹ de reforma da Lei dos Direitos Autorais adequando-a as mudanças ocorridas nos últimos tempos, principalmente no que se refere às informações e documentos disponibilizados em meio eletrônico. Esta proposta, acessível no site da instituição está promovendo amplos debates sobre o assunto.

Em 2002, foi criado na Califórnia, Estados Unidos, um projeto denominado *Creative Commons* que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais. No site desta organização, no Brasil e em outros países, é possível que o autor disponibilize trabalhos abdicando de parte dos direitos autorais e permitindo a cópia e compartilhamento de suas obras com menos restrições do que a legislação impõe. Este projeto é representado no Brasil pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

3.4 Bibliotecas no Âmbito do Poder Legislativo

Pereira (2000) afirma que há vestígios da existência do Poder Legislativo desde a Grécia e Roma Antiga, assim como entre os povos do Oriente, mas foi a partir da doutrina de Montesquieu, exposta na obra **Do Espírito das Leis**, que foram estabelecidos os três poderes que integram o Estado moderno “o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos”. Nesta perspectiva, o Poder Legislativo detém a função primordial da produção das leis, sendo as outras duas funções atribuídas ao Poder Executivo e ao Judiciário. Ao Legislativo, de acordo com Sundfeld (1998, p. 42) "cabe a função legislativa, correspondente à edição de normas gerais e abstratas (as leis), seja para regular os demais atos estatais, seja para regular a vida dos cidadãos."

²⁹ O projeto de lei, que altera dispositivos da Lei 9.610/98, está disponível no endereço <<http://www.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/consulta/>>

Souza (2009, p.7) discute a importância da informação para o Poder Legislativo e o papel da biblioteca parlamentar como fonte destas informações. Apresenta a perspectiva de que a informação fornecida pelas bibliotecas serve para diminuir a incerteza e a imprevisibilidade, características das ações políticas dos homens³⁰. No processo legislativo, a elaboração e aprovação de leis representam ações que trarão consequências para a sociedade durante todo o período em que estiverem vigentes. Assim, segundo a autora, a importância da informação consiste em reduzir a incerteza e, por conseguinte, contribuir para prever as consequências ou os efeitos de uma política pública, ou de uma norma, cujos resultados, positivos ou negativos, recairão sobre o Parlamento e suas instituições.

Frantzich (1979) citado por Souza (2009, p. 8) estabeleceu quatro tipos de informações básicas importantes para melhorar o desempenho das funções do Congresso americano:

O Parlamento e os parlamentares necessitam de informações para coordenar e planejar tanto a agenda da Casa quanto as agendas dos gabinetes. Como um corpo decisório, o Parlamento necessita acompanhar a atividade legislativa e registrar as votações individuais e de bancada. Os parlamentares, enquanto representantes, necessitam identificar e observar as demandas de sua base eleitoral, atendê-las com maior eficiência e desenvolver meios para acompanhar os interesses de suas bases tanto no âmbito parlamentar quanto fora dele. Os parlamentares, enquanto legisladores, necessitam das melhores informações para monitorar problemas, desenvolver soluções, prever consequências e ampliar estratégias de influência. Os parlamentares, no exercício do seu papel de controle e fiscalização, necessitam monitorar o sucesso dos programas em andamento e identificar os pontos vulneráveis. (Tradução de Souza, 2009).

Acredita-se que as necessidades de informações para o exercício das funções parlamentares, determinadas por Frantzich, podem ser sentidas em todos os legislativos, inclusive no Brasil, em todas as esferas da Federação. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal possuem casas legislativas que exercem as funções do Poder Legislativo e conseqüentemente necessitam de informações para o desempenho das atividades parlamentares e do processo legislativo. Além da função primordial de discutir e aprovar leis, o Poder Legislativo no Brasil, também possui a atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, os gastos de recursos públicos e aprovar o orçamento, incluindo emendas que visem o interesse da população. Para o exercício de todas estas atribuições são necessárias informações

³⁰ Souza se baseia, para desenvolver suas ideias, em Hannah Arendt para quem a ação, ou a capacidade de agir, é a faculdade humana iniciadora de “processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza.” (ARENDR,1981 *apud* Souza, 2009, p.7).

que subsidiem os trabalhos e reduzam as incertezas que envolvem as ações políticas e auxiliem o processo de tomada de decisões.

Souza (2009, p. 11) cita Robinson (1998) para quem a função principal da biblioteca legislativa é servir como fonte de informação para o Parlamento em apoio às suas atribuições constitucionais, sendo que seu papel estratégico é definido pela visão que a organização possui da biblioteca e do trabalho dos profissionais da informação. O mesmo autor é citado por Miller (2004, p.5) na afirmativa de que “quase todos os legislativos possuem bibliotecas parlamentares para ajudá-los na obtenção e uso de informações em suas deliberações”³¹. Porém, adverte que mesmo sendo elas uma fonte muito comum de informação parlamentar, isto não significa que sejam as mais utilizadas. O autor observa a falta de estudos sobre o assunto e ressalta a necessidade de se treinar os usuários destas bibliotecas para que realmente utilizem os recursos oferecidos por estes organismos. Em outro trabalho, Liahut Baldomar (2003, p. 6) também cita Robinson (1999) para quem um centro de informação para legisladores deve proporcionar acesso rápido à informação atualizada sobre os principais temas que serão votados; oferecer informações breves e oportunas relacionadas com os temas legislativos; manter os parlamentares informados sobre os assuntos de interesse do Legislativo; e proporcionar serviços e informações aos seus eleitores. Alerta, ainda, para a importância dos bibliotecários exercerem um papel proativo, dominando os assuntos do mundo parlamentar e da informação, e, localizando e selecionando documentos relevantes e confiáveis, disseminando-os para todos os usuários. O fato dos parlamentares, enquanto representantes eleitos pelo povo, possuírem a missão de legislar em benefício da sociedade, os obriga a desenvolverem formas de a população acompanhar os trabalhos desenvolvidos no exercício de suas atividades. Disponibilizar informações que possam ser acessadas por todos é um meio de aproximar os eleitores do Poder Legislativo e promover a cidadania. As bibliotecas parlamentares, especialmente as digitais, por seu grande potencial de divulgação, são instrumentos que podem servir como fonte de disseminação de informações à população, auxiliando o Legislativo a cumprir seu papel institucional e social.

Rocha (2000, p.2) aborda a questão da cidadania na sociedade da informação, afirmando que o acesso à educação e à informação são maneiras do indivíduo compreender as mudanças ocorridas no panorama mundial e oferecer

³¹ Tradução nossa.

meios de ação individual e coletiva de autoajustamento. Entretanto, a autora chama atenção para o fato de que a simples existência da informação não garante conhecimento e desenvolvimento, importando saber se o seu uso potencial vale mais que seu uso real, ou seja, se a informação está realmente sendo utilizada para o aprimoramento do cidadão. Neste sentido, cita Miranda (1997, p.11) para quem os imensos arquivos de dados deixam de ser apenas repositórios de informação, e valorizam-se como importantes fontes de conhecimento. Pode-se afirmar que as bibliotecas digitais enquadram-se nesta categoria, promovendo a disseminação das informações, estimulando o aprendizado individual e coletivo e contribuindo para o processo de desenvolvimento da população.

Cautela (2009, p.19) realizou estudo sobre a proposta de implantação da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, identificando o livre acesso à informação e ao conhecimento como um direito de todos e a democratização das TIC como um recurso de promoção da cidadania. Contextualiza as bibliotecas digitais na sociedade da informação, considerando-as um veículo de divulgação privilegiado que pode ser utilizado pelos governos para dar transparência às suas atividades. Esta tecnologia insere-se perfeitamente no conceito de 'governo eletrônico' que representa um meio da Administração Pública oferecer serviços e disponibilizar informações para a população, em ambiente virtual, modernizando as relações entre o Estado e a sociedade. De acordo com a autora, o direito à informação é uma conquista da cidadania coadjuvante da construção democrática, onde os direitos se ampliam e se estendem.

O direito à informação é um direito fundamental dos brasileiros, previsto na Constituição Federal, art. 5, inciso 33:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Esta norma constitucional obriga os governos a divulgarem documentos e informações de interesse da população, e a utilização das tecnologias da informação e comunicação é um meio de garantir que este preceito se torne realidade. Segundo Magro (2008?), o direito de acesso à informação é o "Direito humano fundamental de acessar informações em poder de instituições públicas, que por sua vez têm a obrigação de divulgar essas informações."

Sendo o Poder Legislativo brasileiro um dos pilares da democracia, representante do povo através do parlamentares eleitos, é fundamental que se preocupe com a transparência das atividades que lhe compete. Suprir as necessidades de informação dos eleitores é uma forma de possibilitar o exercício da cidadania e, neste contexto, a implantação de uma biblioteca digital pode ser uma ferramenta para atingir este objetivo.

Vieira (2007) define três características da biblioteca parlamentar: responsabilidade social, cívica, política e ética no processo de transferência de informação; fornecimento de informações para apoiar as proposições que poderão se transformar em normas legais; e oferecimento de informações ao parlamentar, as quais podem alterar os direitos e deveres do cidadão nas áreas de segurança, saúde, educação e outras. Cita a resolução da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação³², recomendando que as TIC devam ajudar os países em desenvolvimento em seus esforços nacionais para reduzir e superar a pobreza, contribuindo para a modernização de suas economias em uma base inclusiva e competitiva. Vieira ainda afirma que uma das metas do Legislativo eletrônico é a inclusão digital, alertando que isto não significa somente tornar os computadores acessíveis a todos, mas também tornar os sites do governo fáceis de usar, de modo a derrubar barreiras causadas pela falta de conhecimentos e de experiência.

O projeto denominado **Biblioteca Digital do Senado Federal: informação para todos**, elaborado em 2006, pela Comissão Biblioteca Digital, formada por uma equipe de profissionais bibliotecários e da área de informática, propõe que a biblioteca digital a ser implementada propicie a integração dos trabalhos desenvolvidos pela Casa com o cidadão brasileiro. Segundo o documento, o objetivo da proposta é construir um acervo institucional com o intuito de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso aos documentos digitais cujo conteúdo seja de interesse do Poder Legislativo. Explicita ainda que a BDSF deva permitir o acesso às informações armazenadas em meio digital a qualquer cidadão, utilizando a internet, sem a necessidade da presença física na Biblioteca do Senado Federal. O projeto ressalta a importância do sistema legislativo brasileiro na promoção de políticas de inclusão social por meio do acesso à informação legislativa, para que o salto do conhecimento tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões

³² A primeira fase das reuniões da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação aconteceu em Genebra de 10 a 12 de dezembro de 2003, e a segunda fase foi na Tunísia de 16 a 18 de novembro de 2005.

humana, ética e política. Propõe, também, ações para a utilização adequada da gestão de informação digital, de novas tecnologias de informática e comunicação, de forma a moldar um novo cenário interno e, ao mesmo tempo, contribuir para que as assembleias estaduais e municipais do País tenham condições de compartilhar as informações políticas e legislativas, possibilitando melhor atendimento às necessidades de informação dos Senadores nos seus Estados e para todo cidadão.

Vislumbrando perspectivas semelhantes, este trabalho propõe-se a fazer recomendações para um projeto de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. A proposta surgiu das exigências determinadas pela sociedade da informação e da necessidade da Instituição se adequar à nova era, a fim de cumprir sua missão constitucional e sua vocação democrática. Atender prioritariamente às necessidades de informação do deputado distrital e dos servidores da Instituição, de outros órgãos públicos, e da comunidade em geral, é o objetivo do Setor de Biblioteca da CLDF. Modernizar os serviços oferecidos para se ajustar à realidade atual é imperativo, pois conforme verificado, outras organizações brasileiras e estrangeiras já se encontram muito além dos recursos informacionais oferecidos pelo SBIB.

Rocha (2001) apresentou dissertação de mestrado na qual realizou estudo sobre as necessidades de informação da assessoria parlamentar da CLDF. Foram analisados os fatores internos e externos que interferem na atuação da Assessoria Legislativa da CLDF, bem como o perfil dos deputados distritais, quanto à demanda, finalidade de uso, fontes e canais mais utilizados, recursos tecnológicos e elementos de valorização da informação. Estes elementos foram analisados com o objetivo de estabelecer um modelo conceitual que oriente o acompanhamento sistemático das informações pertinentes, mediante a observação e coleta de dados sobre os fatores ambientais que possam afetar sua atuação. Concluiu que os parâmetros de serviços e produtos de um sistema de Informação de apoio à decisão no assessoramento legislativo devem canalizar as informações de interesse do parlamentar; alimentar o “felling” positivo do que é legislável; possibilitar preencher os espaços dos direitos do cidadão nos direitos difusos; e subsidiar as atividades parlamentares nas funções do Poder Legislativo, especificamente, na discussão dos problemas sociais, na elaboração legislativa e na fiscalização das ações do Executivo.

Enfim, na literatura estudada acerca de bibliotecas parlamentares, podem-se encontrar preocupações comuns entre os autores e coincidência de ideias em

relação aos objetivos para os quais elas existem. Suprir as necessidades de informação dos parlamentares, dos assessores e servidores da casa legislativa a que servem, e atender os eleitores e a população em geral, promovendo a cidadania e democratizando a informação são pontos levantados pelos especialistas no assunto.

Em relação à tecnologia utilizada em bibliotecas digitais, pode-se observar que existem softwares livres e proprietários que são utilizados, assim como padrões internacionais de descrição de dados que devem ser adotados. Escolher as melhores opções para uma biblioteca digital depende dos profissionais que farão o projeto adequado à realidade de cada instituição.

4 ESTUDOS DE CASO

Nesta etapa da metodologia empregada neste trabalho são realizados dois estudos de caso que servirão de subsídio para embasar as recomendações para o projeto de biblioteca digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal. A Biblioteca Digital do Senado Federal e a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados foram escolhidas por serem bibliotecas parlamentares e possuírem objetivos similares aos do Legislativo local, ou seja, auxiliar o processo legislativo e atender os servidores e a população em suas necessidades de informação, procurando promover a cidadania e a democratização do acesso à informação. Pretende-se explorar aspectos relacionados à arquitetura da informação, apresentação e usabilidade da página, interface com o usuário, tecnologia utilizada, coleções e tipos de documentos que formam o acervo digital das bibliotecas estudadas.

4.1 A Biblioteca do Senado Federal

O Senado Federal é uma das casas que compõem o Congresso Nacional, sendo que sua função mais ampla é a de legislar e defender os interesses da sociedade. Além de compartilhar funções de caráter mais específico com a Câmara dos Deputados, o Senado também possui atribuições exclusivas determinadas pelo artigo 52 da Constituição Federal.

Para cumprir este papel, o Senado Federal possui uma estrutura administrativa que auxilia os parlamentares no cumprimento das atividades que lhes competem. Entre os órgãos de assessoramento parlamentar do Senado está a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. De acordo com as informações disponíveis no site oficial, a Biblioteca, por suas características institucionais, tem o senador como o seu principal usuário e, como objetivo, suprir as necessidades de informações do parlamentar, especialmente no processo de elaboração das leis, participação na tribuna e de construção das instituições nacionais.

Ainda conforme o site, a Biblioteca do Senado Federal é fundamental para a tomada de decisões com confiabilidade, constituindo-se em subsídio estratégico à ação parlamentar, com a meta de que serviços de informações de qualidade são capazes de aumentar a credibilidade e a eficácia do Legislativo junto ao cidadão brasileiro.

Em maio de 2006 foi criada a Comissão Biblioteca Digital com o objetivo de implantar a Biblioteca Digital do Senado Federal e, em dezembro do mesmo ano, foi apresentado o Relatório Final dos trabalhos para a implementação do projeto **Biblioteca Digital do Senado Federal – BDSF: informação para todos**. O objetivo a ser alcançado com esta proposta é o de propiciar a interação dos trabalhos desenvolvidos pela Casa com o cidadão brasileiro, integrando a informação em formato digital e em papel para facilitar o acesso ao conhecimento. Tem, ainda, como finalidade propor ações para a utilização adequada da gestão de informação digital, de novas tecnologias de informática e comunicação, de forma a moldar um novo cenário interno e externo de acesso às informações.

Após estudos técnicos e testes realizados pela Comissão, este documento apresentou os resultados e conclusões acerca da tecnologia a ser utilizada e do conteúdo do acervo digital a ser disponibilizado pela BDSF. Para gerenciamento da Biblioteca Digital, optou-se pelo software livre DSpace e pelo padrão de metadados Dublin Core, por ser o mais adotado pelo protocolo *Open Archives Initiatives-Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), criado pela iniciativa dos arquivos abertos.

Os argumentos apresentados são de que o “DSpace é um sistema que permite modelar a estrutura da informação de uma organização. Neste sentido, inclui o conceito de comunidades e de coleções nas quais são mapeados os setores da instituição e respectivos acervos.” Os elementos de descrição de dados do Dublin Core permitem expressar o conteúdo de um documento digital de maneira bibliográfica e particularizá-lo dentre vários outros materiais armazenados. Desta forma, a BDSF proporciona a identificação e a organização do conjunto de documentos digitais por meio de metadados que por sua vez possibilitam o acesso ao texto, som e imagem de cada objeto digital. A importância dos metadados é justificada pela necessidade dos documentos disponíveis na BDSF estarem codificados em formatos e linguagens de marcação padronizadas, de modo a facilitar a interoperabilidade, o acesso e a manutenção, a recuperação e localização eficaz do acervo digital para o usuário. Foi realizada uma análise comparativa com o formato MARC, adotado pela Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional

(RVBI)³³ para descrição dos registros bibliográficos no sistema ALEPH. Os metadados definidos, segundo consta no projeto, foram os seguintes:

Dublin Core	BDSF Metadata Items	Esclarecimentos
Title	Título	Título do recurso
Title. Alternative	Outros títulos	Para formato variado do título: subtítulo, abreviatura ou transliteração.
Contributor. Author	Autores	Informar o nome de pessoas, organizações ou serviço responsável pelo conteúdo.
Subject	Palavras-chave	Descritores sobre assunto
Date • <i>accessioned</i> • <i>available</i> • <i>issued</i>	Data de Publicação (YYYY-MM-DD)	Data associada com um evento no ciclo de vida do item. É a data de criação ou de disponibilidade do item
Date. Submitted		Recomendada para data de dissertações e teses
Coverage. Spatial:	Local de Publicação	Informações relativas a um nome do lugar de publicação da obra
Relation. Hasversion	Edição (indicação)	Versão, edição ou adaptação do recurso (últimas).
Relation. Ispartofseries	Série	Recurso é parte de uma série.
Publisher	Editora	Responsável pela publicação, distribuição ou impressão.
Identifier. Citation	Referencia bibliográfica	Citação bibliográfica dos trabalhos publicados como parte de um maior. Por exemplo: artigos de periódicos, capítulos de livro (a referência do material).
Identifier. uri	URL	Utilização de identificador persistente (Handle)
Description. Abstract		Resumo
Description	Descrição	Qualquer descrição ou comentários
Description. Sponsorship:		Agências financiadoras
Description. URI		Jornal
Subject. DDC:	Classificação CDD	Classificação Decimal de Dewey.
Type	Tipo	Identificação da natureza, funções ou gênero do recurso.
Language. Iso	Idioma	Idioma do conteúdo. Uso da norma ISO para identificação de idioma do conteúdo em conjunto com RFC3066
Format. Extent	Tamanho	Tamanho ou duração
Format. médium:	Descrição Física	Descrição do recurso em meio físico
Format. Mimetype	Formato	Identificador tipo MIME (Multipurpose Internet Mail Extension), conjuntos de regras que definem o envio de mensagens (texto) com outros documentos anexos: gráficos, sons, etc.

Quadro 3: Metadados definidos pelo projeto da BDSF

³³ A RVBI utiliza o software de gerenciamento de bibliotecas ALEPH e é coordenada pela Biblioteca do Senado Federal. Fazem parte da RVBI 15 bibliotecas de órgãos públicos, inclusive as Bibliotecas da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Para implantação da BDSF, inicialmente, foi instalado um protótipo do sistema, contendo um acervo digital selecionado a partir dos documentos produzidos pelos órgãos do Senado Federal. Para compor este acervo, foi realizada uma busca na página da Casa e identificados os documentos que ali estavam disponibilizados. Cada item localizado foi salvo pelo título do seu texto em diretório correspondente à unidade administrativa do Senado Federal. Os trabalhos, livres dos direitos autorais, aprovados pelo Conselho Editorial do Senado Federal e publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP) também foram disponibilizados, assim como os artigos da Revista de Informação Legislativa (RIL), em texto completo. A SEEP forneceu muitos trabalhos em versão digital, principalmente no formato PDF, fato que facilitou a inserção destes itens no acervo da Biblioteca Digital. Estes foram os documentos que formaram o acervo digital inicial da BDSF. A digitalização das coleções de obras raras e de artigos de jornais, que atualmente se encontram na BDSF, foi prevista neste projeto.

Na conclusão, a Comissão observa que o apoio da Administração da Casa foi decisivo para execução da proposta, sendo que a necessidade de cooperação entre a Biblioteca do Senado Federal e o PRODASEN, órgão responsável pela informática na Instituição, foi fundamental. A definição dos equipamentos, instalação do software, customização e inserção dos documentos e implementação de novas funcionalidades na página da Biblioteca foram atividades desenvolvidas cooperativamente com o PRODASEN e essenciais para o sucesso deste empreendimento. Em anexo ao Relatório Final foram apresentadas detalhadamente as especificações técnicas e tecnológicas definidas pela Comissão e necessárias para implementação de cada etapa do Projeto.

Desta forma, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal, a qual pode ser acessada através do site oficial do Senado Federal, portal **O Senado**. Dentro da opção **Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho**, entra-se em **Acervo Digital**. No Google e em outros sites de busca na Internet, como o Yahoo e o Altavista, ela é facilmente encontrada através da pesquisa pelo nome ou sigla. Outra forma de acesso é diretamente pelo endereço <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>>.

A página inicial da BDSF apresenta à direita o nome **Biblioteca Digital do Senado Federal** e à esquerda o seu logotipo, permitindo, de imediato, que a Instituição a qual pertence seja identificada. Um breve texto explica os objetivos e os propósitos da BDSF:

A Biblioteca Digital armazena, preserva, divulga e dá acesso à produção intelectual dos servidores do Senado Federal, entre outros documentos de interesse do Poder Legislativo, em formato digital.

A BDSF propicia a segurança e preservação da informação, maior visibilidade na internet, maior rastreabilidade em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento.

A opção de busca na parte superior, num primeiro momento, parece estar em duplicidade com outra apresentada no centro, no entanto, quando se navega em outras páginas da Biblioteca Digital, percebe-se que apenas a primeira permanece disponível. Tal recurso possibilita novas buscas, sem retorno à página principal.

Há uma coluna azul destacada à esquerda, com botões de acesso à pesquisa, ajuda, serviços personalizados para os usuários e informações sobre o software utilizado. Os botões que permitem a busca de documentos são os seguintes: **Coleções**, **Autores**, **Título**, **Assuntos** e **Por data**. Estes acessos trazem uma lista de todos os documentos existentes na Biblioteca de acordo com a opção selecionada.

Na página principal, visualizada abaixo, são listadas as coleções disponíveis para consulta na BDSF com um número, entre colchetes, que representa a quantidade de documentos de cada coleção.

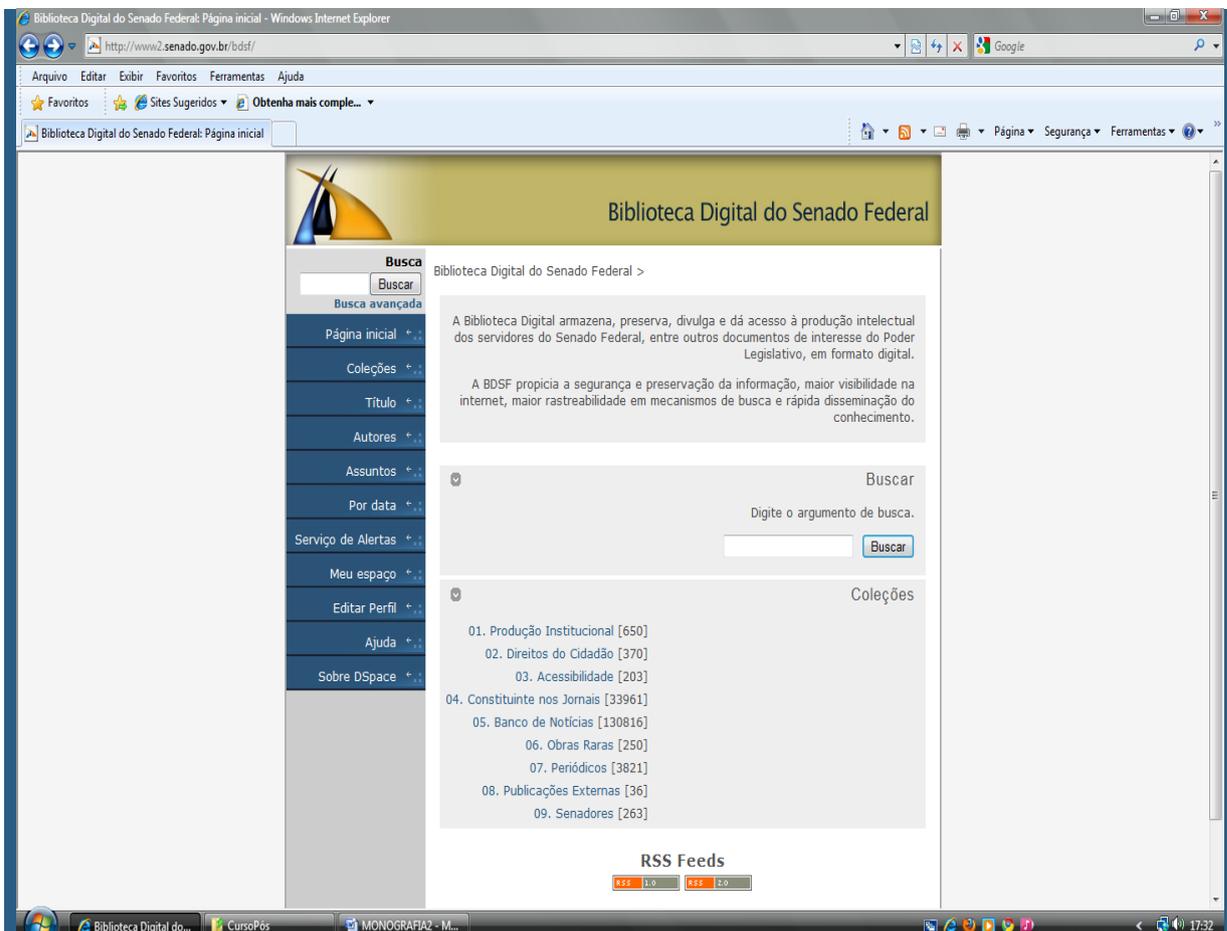


Figura 1: Página inicial do Site da Biblioteca Digital do Senado Federal

As nove coleções são subdivididas em outras coleções, ou subcoleções³⁴ da seguinte forma:

- **Produção Institucional**

Comissão Técnica [2], Comissões do Congresso Nacional [32], Consultoria Legislativa [140], Diretoria Geral [4], Instituto Legislativo Brasileiro [2], Secretaria de Arquivo [3], Secretaria de Biblioteca [29], Secretaria de Comunicação Social [43], Secretaria Especial de Editoração e Publicações [177], Secretaria Especial de Informática - Prodasen [2], Secretaria Técnica de Eletrônica [4] e Universidade do Legislativo Brasileiro - Unilegis [212].

- **Direitos do Cidadão**

Cidadania [314], Códigos e Estatutos [18], Constituição Federal [11] e Constituições Estaduais [27].

- **Acessibilidade**

Brasil 500 anos [43], Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro [38], Leis, Códigos e Normas [19] e Reportagem Especial Rádio Senado (reportagens sobre temas relevantes para o cidadão em uma análise profunda realizada pelos jornalistas da Rádio Senado) [96], 180 anos do Senado Brasileiro (um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo [7].

- **Constituintes nos Jornais**

Jornal da Constituinte [66] e Notícia de Jornal [33895].

- **Banco de Notícias**

Correio Brasiliense [0], Folha de São Paulo [0], Gazeta Mercantil [7001], Jornal do Brasil [10925], Notícias de Revistas [51], O Estado de São Paulo [43427], O Globo [32388] e Valor Econômico [37022].

- **Obras Raras**

Livros [250].

- **Periódicos**

Em Pauta [138], Revista de Informação Legislativa [3508], Senado [4], Senado na Mídia [53] e Senatus [123].

- **Publicações Externas**

Publicações [36].

- **Senadores**

Aloizio Mercadante [7], Arthur Virgílio [12], Demóstenes Torres [1], Eduardo Azeredo [3], Efraim Moraes [1], Fernando Collor [10], Heráclito Fortes [1],

³⁴ Neste trabalho optou-se por chamar as coleções subordinadas a outras coleções de subcoleções.

Jarbas Vasconcelos [17], João Vicente Claudino [6], Luiz Viana Filho [150], Marcelo Crivella [12], Morzarildo Cavalcanti [2], Patrícia Saboya [8], Paulo Paim [6], Pedro Simon [20], Tasso Jereissati [7], Teotônio Vilela [1].

A coleção **Acessibilidade** merece especial destaque por conter documentos em áudio e demonstrar preocupação com a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais entre os usuários da Biblioteca Digital. Uma sala especial foi disponibilizada e vários tipos de funcionalidades foram desenvolvidas visando atender a estes usuários.

Após a escolha do botão **Coleções**, aparece a página com as respectivas coleções subordinadas, conforme exemplo abaixo:

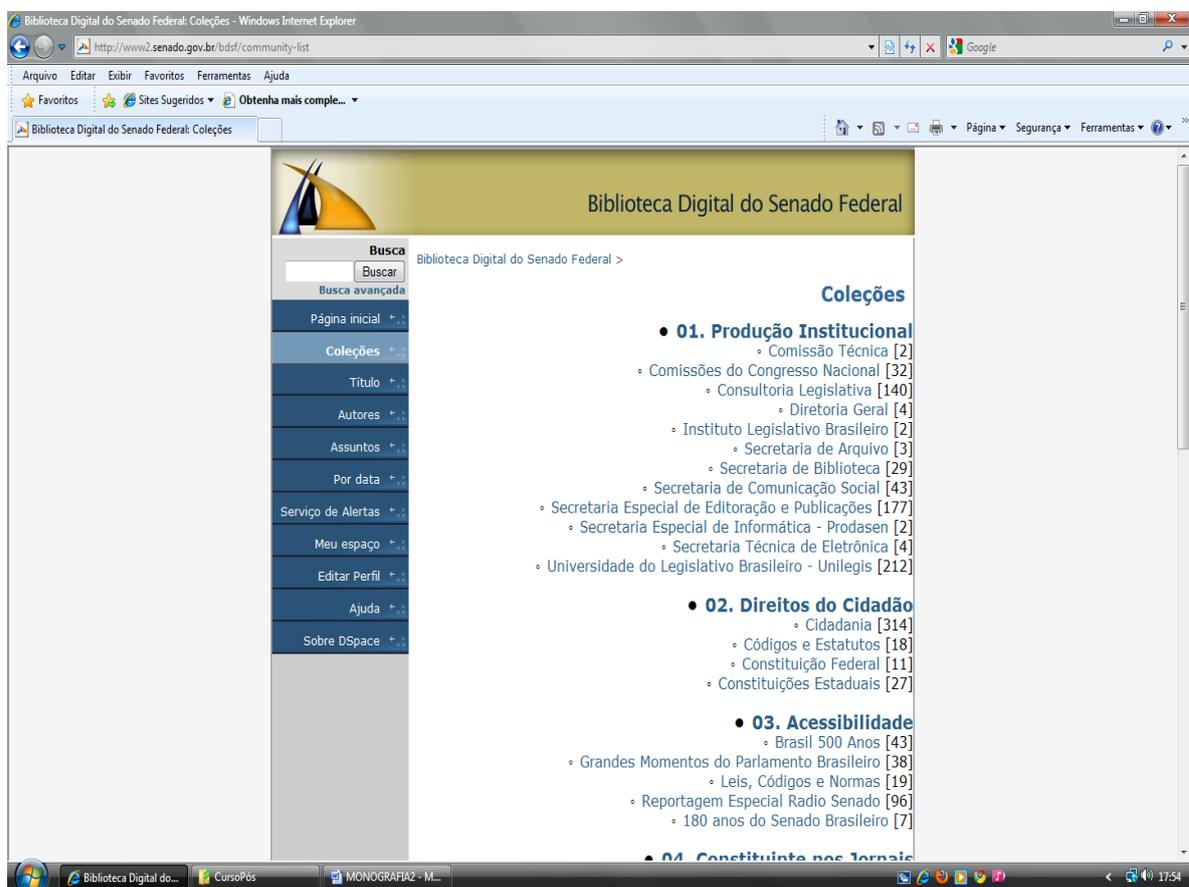


Figura 2: Página das coleções e subcoleções disponíveis

Ao entrar em cada uma das coleções, abre-se outra página com uma janela de pesquisa com possibilidade de busca em toda a Biblioteca Digital, ou nas subcoleções da coleção selecionada. Além da opção de busca, por **Títulos**, **Autores**, **Assuntos** e **Por data**, há também um botão chamado **Cadastrar** para usuários que se interessem em receber notificações de novos itens da coleção. O acesso direto a **Depósitos recentes** também é disponibilizado.

Os resultados de uma pesquisa são apresentados em forma de listagem, na qual os itens desejados são acessados. A listagem de autor permite encontrar o responsável pela obra tanto por ordem alfabética do nome como do sobrenome, formando um índice rotativo. O sistema recupera termos tanto no plural, como no singular.

O exemplo abaixo se refere ao resultado da pesquisa realizada pelo assunto **inclusão digital**, subcoleção **Secretaria de Biblioteca**, dentro da Coleção **Produção Institucional**:

Biblioteca Digital do Senado Federal: Resultado da busca - Windows Internet Explorer fornecido por Camara Legislativa do DF

http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70266/simple-search?query=Inclus%C3%A3o+digital

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Biblioteca Digital do Senado Federal: Resultado d...

Biblioteca Digital do Senado Federal

Busca

 Buscar
 Busca avançada

Biblioteca Digital do Senado Federal >
 01. Produção Institucional >
 Secretaria de Biblioteca >

Resultado da busca

Buscar: Secretaria de Biblioteca
 por Inclusão digital

Resultados 1-9 of 9.

Itens encontrados:

Data de publicação	Título	Autor(es)
Ago-2006	Projeto biblioteca digital do Senado Federal : informação para todos	Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Biblioteca Digital
24-Abr-2008	Guia para inclusão de documentos digitais	Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca. Serviço de Biblioteca Digital
13-Nov-2007	Relatório final : Projeto biblioteca digital do Senado Federal : BDSF	Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Biblioteca Digital

Concluído Internet | Modo Protegido: Desativado 100%

Catalogação - ALEP... Biblioteca Digital do... KINGSTON (F:) MONOGRAFIA2.doc... PT 17:04

Figura 3: Página de resultados da pesquisa por assunto na subcoleção **Secretaria de Biblioteca**

Quando acessada a página de um item selecionado, os metadados são apresentados em formato de referência simplificada ou completa. Na mesma página, obtém-se o acesso à íntegra da obra. Texto, som e imagens são disponibilizados em vários tipos de arquivos: PDF, PowerPoint, MP3, JPEG, GIF e outros formatos, de acordo com cada documento.

No exemplo dado abaixo, de referência simplificada, os metadados presentes são os seguintes: **Autoria**, **Título**, **Data de publicação**, **Paginação**, **Nota de Conteúdo**, **Assunto**, **URI**, e **Coleção**. A obra encontra-se em formato PDF:

The screenshot shows a web browser window displaying the metadata page for item id/99288 on the Biblioteca Digital do Senado Federal website. The page includes a navigation menu on the left and a main content area with the following metadata:

- Autoria:** Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Biblioteca Digital
- Título:** Projeto biblioteca digital do Senado Federal : informação para todos
- Data de publicação:** Ago-2006
- Paginação:** 44 p.
- Conteúdo:** 1. Introdução -- 2. Objetivos -- 3. Bibliotecas digitais -- 4. Motivação e fundamentação legal -- 5. Metodologia para construção da BDSF -- 6. Apoio ao portador de deficiência -- 7. Visitas técnicas e cursos -- 8. Implantação do sistema da BDSF
- Assunto:** Biblioteca, organização, projeto
Tecnologia da informação
Serviço de informação, aplicação de computador
- URI:** <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99288>
- Coleção:** Secretaria de Biblioteca

Below the metadata, there is a table titled "Arquivos nesse item:" with the following content:

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato
Projeto BDSF.pdf		582,87 kB	Adobe PDF

Figura 4: Página dos metadados com a descrição bibliográfica de um documento na BDSF

A informação do endereço eletrônico do documento é importante para sua correta citação, pois, além de identificá-lo, permite copiá-lo sem erros. Uma das vantagens do software DSpace é o fato do documento ser recuperado nos sites de busca na Internet, possibilitando o direcionamento direto para o endereço do documento. Este recurso proporciona visibilidade aos itens incluídos na Biblioteca.

Voltando à página principal, visualizam-se, à esquerda, os outros botões azuis, que não os de busca de documentos, são: **Serviço de Alertas**, em que qualquer usuário pode realizar o cadastro para recebimento automático, por e-mail, de novas inclusões das coleções que escolher. Em seguida, **Meu Espaço** é o botão em que o usuário pode clicar para submeter documentos para depósito em alguma coleção da BDSF ou verificar se algum documento submetido por ele foi aceito para depósito. A possibilidade de o próprio autor depositar documentos e submetê-los à equipe de gestão da BDSF para divulgação é uma característica do software DSpace que facilita a disseminação da informação. O botão seguinte, nesta coluna

azul, é **Editar Perfil** que possibilita a alteração dos dados do perfil do usuário (as únicas informações solicitadas para o perfil são nome completo, e-mail e telefone do cliente). Na sequência, há o botão **Ajuda**, o qual funciona como recurso de auxílio para sanar dúvidas do usuário quanto ao programa DSpace. O texto é em inglês. Não foi encontrado auxílio específico para pesquisa. Por último, aparece o botão **Sobre o DSpace**, que abre o site oficial deste software. Ao final das páginas das coleções, ao centro, dois ícones são apresentados para duas versões diferentes do programa **RSS Feeds**.³⁵

Na última linha, no rodapé da página principal, e em de todas as coleções, há um ícone do W3C, um validador de páginas que identifica a presença de erros a serem corrigidos pelo administrador da página; e mais outro ponto para acesso ao programa DSpace. Aparece também um link para a página principal do IBICT, e outro para o Consórcio BDJUR - Biblioteca Digital Jurídica do STJ. No canto inferior, há o link **Fale Conosco** para envio de e-mail para o administrador da página. Há, aqui, a preocupação dos construtores do site em ouvir o usuário. Isto permite a implantação de alterações no site, de acordo com as necessidades do usuário.

Em todas as coleções, há a possibilidade do cliente se cadastrar para o recebimento de novas inclusões e de recomendá-las a alguém, enviando por e-mail, o arquivo que está sendo consultado. Estes recursos facilitam a disseminação da informação.

Comparando o estudo realizado sobre a BDSF por Della Giustina e Miranda (2009) com o atual, verifica-se que foram retirados da página inicial ícones e atalhos que antes mais confundiam do que auxiliavam o usuário a utilizar a página da Biblioteca Digital. Um visual limpo e simples facilita a usabilidade do site e a interação com o usuário e permite a localização direta da informação desejada pelo cliente. O excesso de informações gera poluição visual, causando ansiedade e confusão na utilização de páginas eletrônicas. Neste sentido, foi uma boa decisão a de retirar, da página inicial da BDSF, elementos pouco utilizados pelos usuários e que podem ser acessados em outros locais do site do Senado Federal. O crescimento do acervo também foi observado, indicando interesse dos

³⁵ Os feeds RSS fornecem conteúdo frequentemente atualizado publicado por um site. Em geral, são usados por sites de notícias e blogs, mas também para distribuir outros tipos de conteúdo digital, incluindo imagens, áudios ou vídeos. Os feeds também podem ser usados para fornecer conteúdo em áudio (normalmente no formato MP3) que pode ser ouvido no computador ou em um dispositivo portátil.

parlamentares e servidores em utilizar este meio de divulgação de informações. A digitalização de documentos e o aumento da produção de material, em meio eletrônico, é uma tendência irreversível e, certamente, as bibliotecas digitais se tornarão repositórios preciosos deste tipo de documentos.

Enfim, algumas conclusões podem ser tiradas deste estudo. A busca de documentos na BDSF pode ser considerada fácil, possibilitando o acesso rápido aos itens desejados. Mesmo que a usabilidade possa ser considerada satisfatória, percebe-se que a arquitetura da informação utilizada privilegiou a apresentação das coleções a fim de divulgar os documentos digitais existentes na Casa. Pressupõe-se que o usuário compreende o que significa cada rótulo, pois não há explicações sobre o acervo, nem sobre os tipos de documentos que cada coleção possui. Esta constatação faz pensar que a arquitetura da informação é centrada no usuário principal, ou seja, naquelas pessoas que conhecem o funcionamento do Poder Legislativo, especialmente parlamentares e servidores que têm familiaridade com a nomenclatura utilizada nas coleções.

Os recursos tecnológicos utilizados pela BDSF estão de acordo com os padrões internacionais recomendados pela literatura sobre o assunto. A utilização dos elementos de metadados do Dublin Core e do software livre DSpace demonstra a preocupação com o intercâmbio de informações. Desde o projeto proposto até a efetiva implantação da Biblioteca, observa-se a importância dada à padronização das informações e uso de tecnologia adequada.

Certamente, a Biblioteca Digital do Senado Federal está contribuindo para os trabalhos legislativos, subsidiando os parlamentares e servidores no exercício de suas atividades. A disponibilização do acervo digital da BDSF para todos os cidadãos demonstra a intenção de promover a democratização do acesso às informações e a inclusão digital, colaborando para o cumprimento da missão do Poder Legislativo.

4.2 A Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Em conjunto com o Senado Federal, a Câmara dos Deputados compõe o Poder Legislativo do Brasil, cumprindo papel fundamental para consolidação da democracia perante a sociedade do País. Segundo o portal da Instituição, o Legislativo desempenha três funções primordiais: representar o povo brasileiro,

legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. A Câmara dos Deputados é o órgão de representação mais imediata do povo, centralizando muitos dos debates e decisões de importância nacional.

Os parlamentares eleitos pelos Estados e Distrito Federal possuem a responsabilidade de defender os interesses do povo que os elegeu, promovendo discussões em torno das proposições legislativas que geralmente têm início nesta Casa.

A Câmara dos Deputados exerce atividades que possibilitam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas legislativas referentes às áreas econômicas e sociais, como por exemplo, educação, transporte e habitação. Possui também a atribuição de fiscalizar a utilização dos recursos públicos, além de outras competências privativas determinadas pelo artigo 51 da Constituição Federal.

Entre os órgãos de assessoramento legislativo da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados está a Coordenação de Biblioteca (Cobib), subordinada ao Centro de Informação e Documentação (Cedi). De acordo com as informações constantes do site, a missão do Cedi é "Gerir informação para fins institucionais, preservar a memória e o patrimônio cultural da Câmara dos Deputados e disseminá-los para a sociedade." A visão idealizada é "Ser centro de excelência em gestão da informação, contribuindo para a promoção da cidadania, da igualdade e da justiça social." Os valores perseguidos são os seguintes: Comprometimento, Ética, Espírito de Equipe, Inovação, Qualidade e Transparência.

Neste contexto, foi implantada a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, projeto estratégico do Cedi, por intermédio da Coordenação de Biblioteca (CAUTELA 2009, p. 48). Segundo a autora, o projeto da BD, elaborado em 2008, ofereceu embasamento teórico, técnico e tecnológico, justificando a criação de uma biblioteca digital da Instituição para a sociedade e conquistou o apoio da alta Administração da Casa.

Yamaguti (2009? p.3) relata que o Projeto de implantação da BD estabelece como objetivo "armazenar, disseminar, preservar e dar acesso aos conteúdos informacionais de interesse do Poder Legislativo em formato digital, com vistas a ampliar e democratizar o acesso à informação legislativa para a rápida disseminação

do conhecimento”. Sua elaboração foi realizada em etapas que envolveram a definição do software para gerenciamento de documentos digitais, customização e implantação deste software, escolha das coleções da Biblioteca Digital, definição da coleção piloto, logomarca, licença de uso, padronização de arquivos e adequação de metadados, padronização de entrada de documentos digitais e fluxograma de atividades.

Neste documento a Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados foi concebida dentro da filosofia de uso do software livre e após a realização de estudos comparativos, avaliação e testes, decidiu-se pelo DSpace. Da mesma forma, foi sugerida a adoção do protocolo OAI-PMH e do padrão de metadados Dublin-Core. Outros softwares como o Fedora, Greenstone e Nou-Rau foram exaustivamente analisados, porém, a escolha recaiu sobre o DSpace, devido às seguintes justificativas constantes do Projeto:

- É um repositório desenvolvido pelas bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) em parceria com o laboratório Hewlett Packard (HP), instituições renomadas internacionalmente;
- É disponibilizado livre e gratuitamente às instituições, podendo ser adaptado e expandido funcionalmente;
- Aceita todas as formas de materiais digitais, o que possibilita manter os mais variados tipos de conteúdos;
- Permite modelar a estrutura da informação de uma organização e inclui o conceito de ‘comunidades’ e ‘coleções’ nas quais são mapeados os setores da instituição e respectivos acervos;
- Possibilita restringir o acesso de usuários aos conteúdos;
- Permite a descrição dos objetos digitais usando o conjunto de metadados de padrão internacional Dublin Core;
- É compatível com o banco de dados Oracle e outros sistemas;
- Possibilita interoperabilidade como forma de intercâmbio de informações e de serviços cooperativos com instituições afins, além de oferecer módulo de estatística;
- Permite customização em língua portuguesa;
- É recomendado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT;
- Foi adotado pelas bibliotecas do Superior Tribunal de Justiça e do Senado Federal com resultados satisfatórios.

Através de uma parceria do Cedi com o Centro de Informática (Cenin), que realizou a customização do software escolhido, O DSpace foi testado por três meses, antes de ser aprovado. Este teste avaliou as funcionalidades em relação ao gerenciamento de bibliotecas digitais e a possibilidade de integração com outros órgãos da Administração Pública Federal como o Senado Federal e o Superior Tribunal de Justiça. A possibilidade de intercâmbio de informações com estes órgãos, também participantes da Rede RVBI, juntamente com a Biblioteca

da Câmara dos Deputados e a Biblioteca da CLDF, foi considerada importante na escolha do software.

O Grupo de Trabalho da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados definiu um total de 23 campos de metadados, de acordo com o padrão Dublin Core, que são utilizados para descrição dos documentos. Autor, título, idioma, editora, data de publicação, notas e assunto são alguns dos elementos propostos para serem utilizados nos documentos de todas as coleções.

Em seguida, foram estabelecidas as diretrizes para a composição do acervo digital. Em um primeiro momento, ficou decidido que os conteúdos selecionados seriam os usualmente mais procurados pela comunidade e, em um segundo momento, acolheria conteúdos mais estruturados que pudessem formar um conjunto coerente e orientado a domínios representativos da memória da Casa e do Brasil. Assim, os critérios gerais de inclusão foram apresentados, priorizando a seleção criteriosa amparada pela autorização dos detentores dos direitos autorais e a adoção de conteúdos compatíveis com as funções do Poder Legislativo, ressaltando a importância de se considerar conteúdos que possibilitem a atualização contínua. Foram sugeridos os seguintes tipos de documentos para constituírem as coleções da Biblioteca Digital: trabalhos, estudos e informações técnicas da Consultoria Legislativa e da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Finanças, abrindo espaço para os órgãos equivalentes dos parlamentos de língua portuguesa, obras da Coleção Brasileira, publicações editadas pela Câmara dos Deputados, obras raras, material em áudio e monografias, dissertações e teses.

Segundo Yamaguti (2009? p.5), inicialmente foi realizado um levantamento dos conteúdos digitais já disponíveis e, em seguida, dos conteúdos a serem digitalizados. Duas premissas básicas foram adotadas para seleção dos documentos: devem ser de interesse das atividades legislativas e administrativas desenvolvidas pela Casa, e a Política de Desenvolvimento de Coleções utilizada pela Biblioteca deve ser instrumento de tomada de decisão no desenvolvimento das coleções digitais. Ficou estabelecida também a necessidade de autorização expressa e impressa do autor, através da assinatura do **Termo de autorização para publicação digital**, conforme a legislação em vigor. A licença pública *Commons* também foi adotada.

Cautela (2009) propôs uma coleção composta por textos acadêmicos, teses, dissertações e monografias, que servisse como trabalho piloto para implantação da

BD. Segundo a autora, apenas após definida a política de seleção dos itens e recuperados os documentos produzidos no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor), o processamento técnico das obras poderia ser realizado, incluindo a descrição dos metadados por um bibliotecário. Sugeriu que, dentro do processo de aquisição, fossem priorizados os trabalhos já em formato eletrônico para só depois, integrarem-se, à coleção digital, os trabalhos disponíveis exclusivamente em mídia impressa, pois os mesmos precisavam ser digitalizados. Capacitar os usuários para o uso das tecnologias adotadas foi uma das preocupações demonstradas pela autora.

O lançamento da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados foi realizado em julho de 2009, segundo noticiado pela Agência Câmara. De acordo com as informações divulgadas “[...] o internauta poderá acessar estudos técnicos, livros raros, relatórios de comissões, vídeos e livros em áudio, Constituinte de 1988. Ao longo do tempo, novos conteúdos serão incorporados.”

A BD pode ser acessada diretamente, através do Portal da Instituição³⁶, na opção **Documentos e Pesquisa**. No mesmo local, dentro de **Biblioteca e Arquivo**, há um link para a Biblioteca Digital com o seguinte texto:

Agrega e disponibiliza a produção intelectual da Casa, para fins de divulgação e preservação, visando à ampliação e a melhoria das possibilidades de consulta e acesso à informação legislativa.

O acesso direto à Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados pode ser feito também pelo endereço <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Pode também ser encontrada facilmente em sites de busca da Internet como o Yahoo, o Bing, o Altavista e o Google, pelo nome por extenso, ou, pela sigla BD e outro termo que identifique a instituição Câmara dos Deputados, pois a sigla BD sozinha não recupera diretamente a Biblioteca Digital.

A página inicial da BD pode ser considerada amigável, pois logo abaixo da identificação da instituição **Câmara dos Deputados** e do título **A casa dos Brasileiros** encontra-se um pequeno texto de boas-vindas, convidando o usuário a navegar nas coleções e explorar os textos relacionados à atividade legislativa. Há também um convite para o usuário cadastrar-se e receber as atualizações de seu interesse. À esquerda desta mensagem, visualiza-se o logotipo da Biblioteca Digital,

³⁶< <http://www2.camara.gov.br/>>

marca que aparece na primeira página de quase todos os documentos constantes do acervo.

A opção de pesquisa, embaixo do pequeno texto, permite a busca em toda Biblioteca Digital. O usuário possui várias formas de direcionar a consulta: pode escolher um dos rótulos, que aparecem à esquerda na coluna verde, com as opções de busca por **Coleções**, **Datas**, **Títulos**, **Autores** e **Assuntos**; pode também selecionar uma das coleções relacionadas ao centro; ou, realizar uma pesquisa avançada, localizada no final da página à esquerda, utilizando os operadores lógicos booleanos (**e**, **ou**, **não**) que informam ao sistema como combinar os termos da pesquisa a fim de restringi-la. A pesquisa avançada permite ainda escolher um dos campos de metadados dos documentos e algumas formas de ordenamento dos resultados, como por data de publicação, cronologicamente, ou título e autor, alfabeticamente, ordem ascendente ou descendente.

Outros botões da coluna verde permitem a consulta em toda Biblioteca Digital ou nas coleções. Também aparecem rótulos de acesso a usuários cadastrados, ou, para cadastramento dos interessados em receber, por e-mail, atualizações de documentos das coleções escolhidas do acervo. Informações sobre o a versão do DSpace utilizada e um link para o site do software aparecem no final da página. Há também um espaço destinado para os comentários dos clientes, sobre qualquer assunto relacionado à Biblioteca Digital, exigindo-se o cadastramento de um e-mail.

As coleções que podem ser acessadas diretamente na página inicial são as seguintes:

- **Acervo**
- **Brasília no Poder Legislativo**
- **Constituição Brasileira**
- **Estudos e Notas Técnicas**
- **Memória Câmara**
- **Produção Acadêmica**

Abaixo, visualiza-se a página principal:

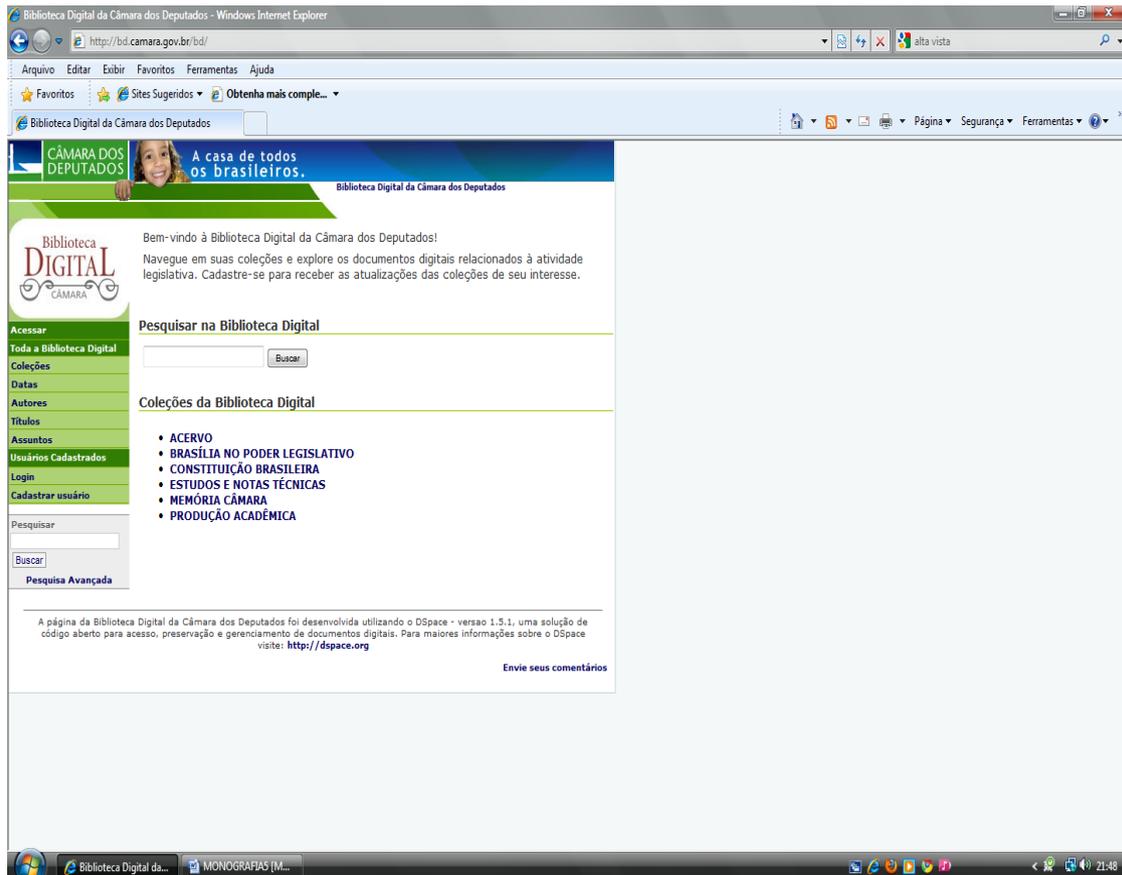


Figura 5: Página inicial da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Se o usuário clicar no botão verde **Coleções** aparecerá outra página com a estrutura completa das coleções, possibilitando ao cliente escolher alguma das **Subcoleções** apresentadas, ou, dentro delas, os **Temas**:

- **ACERVO**
 - Livros
 - Edições Câmara
 - Obras Raras
 - Catálogos
 - Livros Raros
 - Publicações em Áudio
 - Legislação em Áudio
 - Revistas
 - Anuário Estatístico das Atividades Legislativas
 - E-Legis
 - Revista Plenarium
- **BRASÍLIA NO PODER LEGISLATIVO**
 - Brasília no Arquivo da Câmara
 - História da Mudança da Capital
 - Debate Parlamentar
 - A Mudança da Capital (1823 -1955)

- Construção e consolidação de Brasília (1956-1988)
- **CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**
 - Assembléia Nacional Constituinte 1988
 - Programa Diário da Constituinte
 - Textos Constitucionais
 - Constituições Federais
- **ESTUDOS E NOTAS TÉCNICAS**
 - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
 - Consultoria Legislativa
- **MEMÓRIA CÂMARA**
 - História
 - Personagens
- **PRODUÇÃO ACADÊMICA**
 - Monografias, dissertações e teses

A coleção **Brasília no Poder Legislativo**, especialmente os documentos do Arquivo da Câmara e a temática **História da mudança da capital**, são de grande interesse para o Poder Legislativo do Distrito Federal. A disposição de disponibilizar, compartilhar e tornar facilmente acessível os documentos desta coleção é de extrema importância para o acompanhamento das atividades parlamentares anteriores à criação da Câmara Legislativa do DF e para construção da história de Brasília.

Quase todas as opções do acervo digital vêm acompanhadas de uma pequena explicação sobre o assunto tratado e tipos de documentos incluídos. Este recurso esclarece ao usuário qual o conteúdo de cada opção selecionada. Estão presentes, ainda, em todas as páginas, as **Inclusões recentes** com documentos novos inseridos e, em cima, à direita, um link que permite identificar a localização do usuário dentro da Biblioteca Digital e retornar à outra página, se desejar.

A opção de pesquisa, inclusive avançada, está presente em todas as páginas das **Coleções, Subcoleções e Temas**. Quando se entra em uma destas páginas, aparecem novamente os botões verdes que permitem a busca por campos, são eles: **Datas, Autores, Títulos e Assuntos**.

Para ilustrar a forma como é feita a pesquisa, foram utilizados os termos **história de Brasília**, na coleção **Brasília no Poder Legislativo** e os resultados apresentados, podem ser vistos na imagem apresentada a seguir:

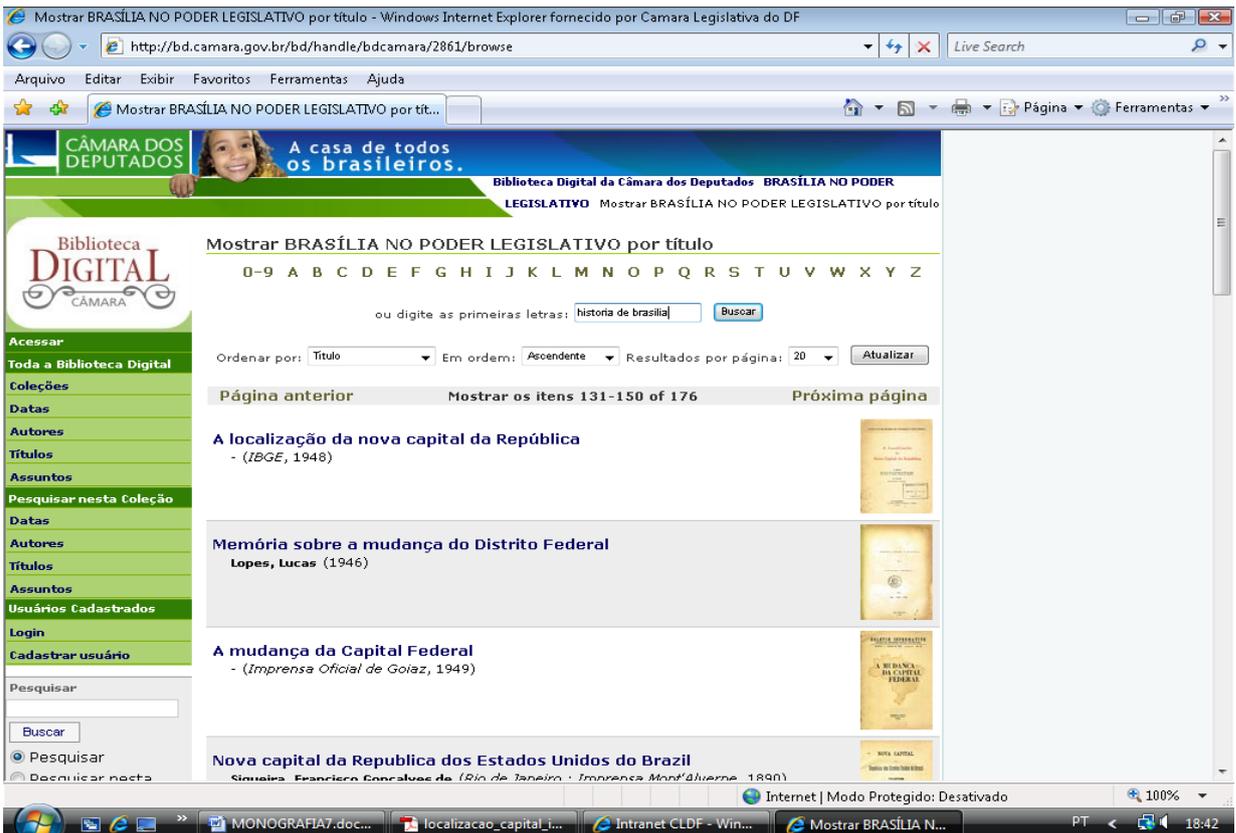


Figura 6 : Página de resultados da pesquisa por título na coleção Brasília no Poder Legislativo

Seleciona-se o documento desejado e os metadados Título, Autor, Descrição Física, Resumo, Assunto, Data Publicação e URI são visualizados. No exemplo desta imagem, o documento encontra-se em formato PDF:

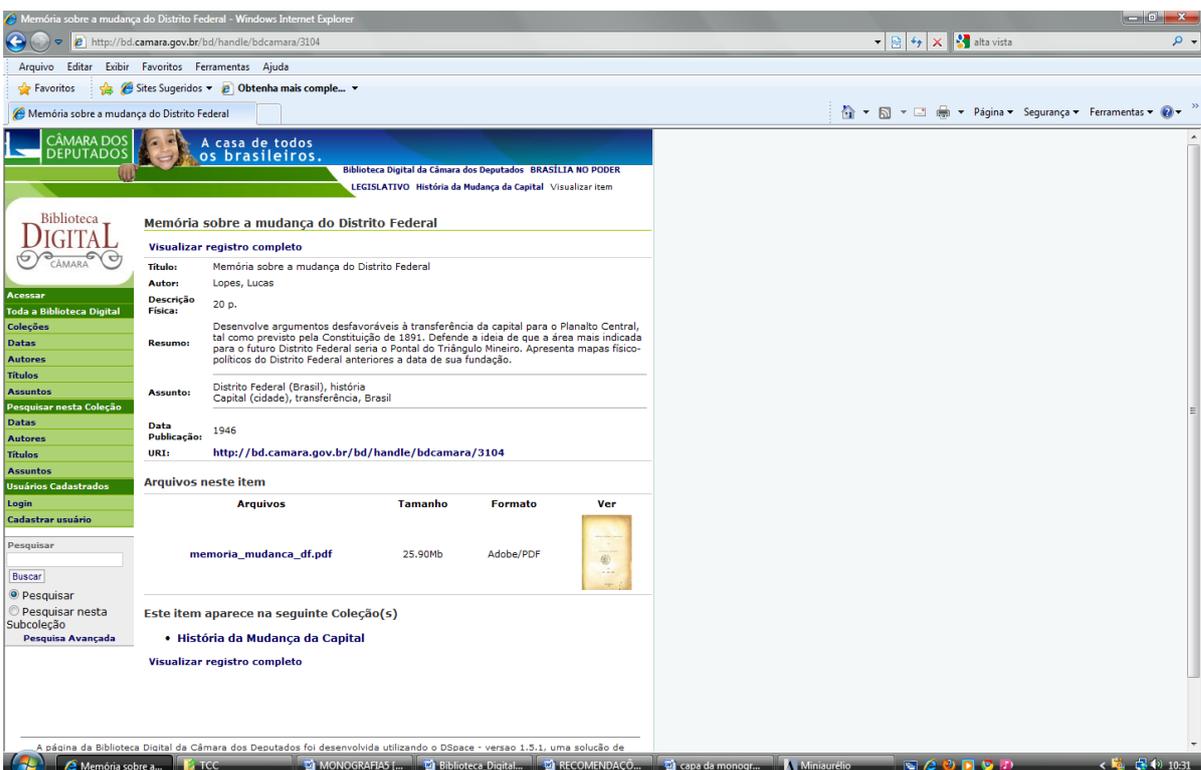


Figura 7: Página dos metadados com a descrição bibliográfica de um documento na BD

A maioria das obras, quando acessadas integralmente, apresenta uma página inicial, parecida com uma folha de rosto, com o logotipo da BD, contendo dados de descrição da obra:

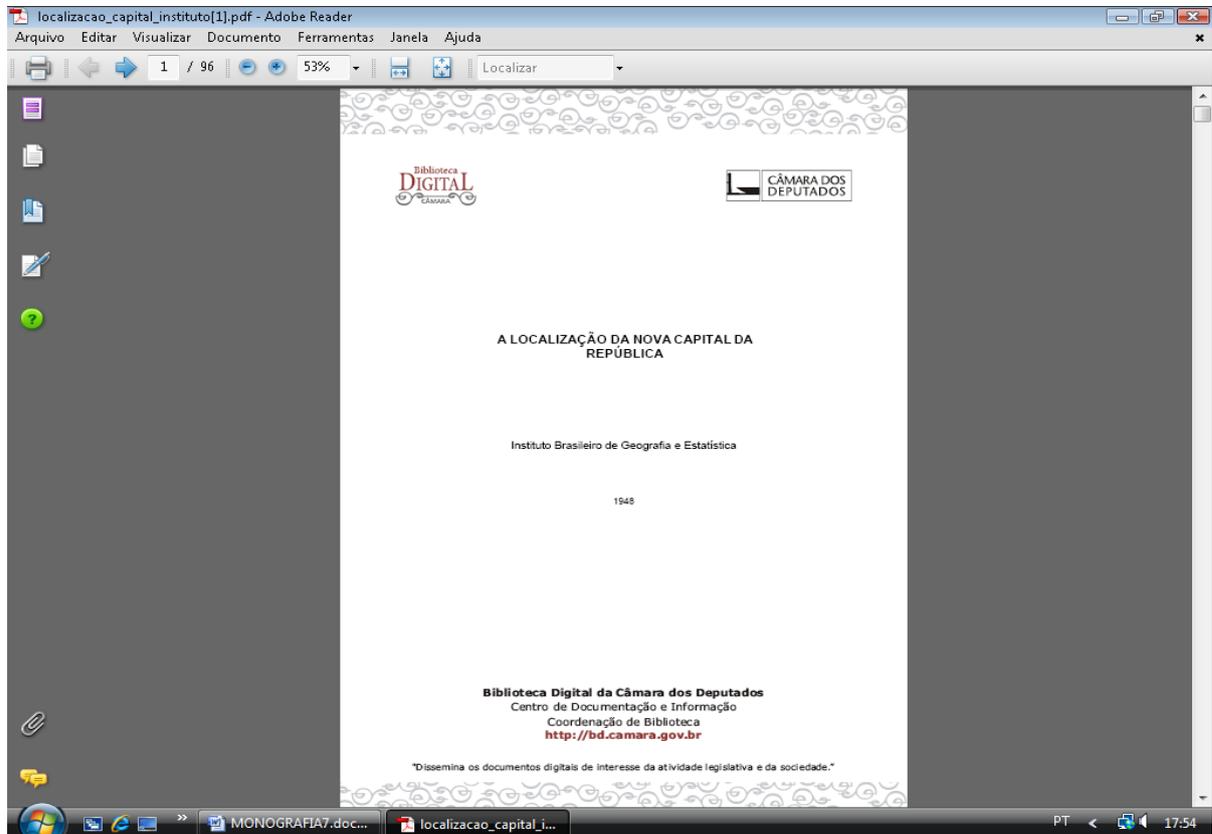


Figura 8: Primeira página da obra com o logotipo da BD

Após um ano de implantação da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, verifica-se que é uma experiência merecedora de elogios. Acredita-se que o ponto forte da BD seja a interação com o usuário, característica importante das páginas que merece ser mencionada. A limpeza e simplicidade das páginas demonstram que a arquitetura da informação privilegia a usabilidade exigida para uma boa interação entre o cliente e o computador. A realização da pesquisa é fácil, proporcionando formas de refinamento e ordenamento para os que necessitem destes recursos. Os pequenos textos explicativos são importantes para o esclarecimento do conteúdo das coleções, subcoleções e temas constantes da BD. Estas explicações esclarecem ao cidadão comum, não familiarizado com os termos utilizados na esfera legislativa, sobre os assuntos tratados e os tipos de itens que podem ser encontrados no acervo digital. A possibilidade de cadastramento dos usuários para recebimento de documentos de seu interesse é mais uma prova do interesse em disseminar as obras da BD.

A preocupação com a preservação da memória da Casa e da produção institucional pode ser percebida e a disponibilização de projetos de lei sobre diversos assuntos mostram a preocupação em divulgar os debates parlamentares realizados durante o processo legislativo. Os esforços realizados para enriquecimento do acervo podem ser verificados pelas inclusões constantes de novos documentos

Os recursos tecnológicos utilizados foram cuidadosamente analisados e as opções foram feitas visando à interoperabilidade como forma de intercâmbio de informações com outras instituições. Com este objetivo, foram escolhidos padrões consagrados como o formato de descrição de dados Dublin Core e o software DSpace.

5 RECOMENDAÇÕES

A primeira etapa a ser cumprida, para criação de uma biblioteca digital na Câmara Legislativa do Distrito Federal, envolve o convencimento dos ocupantes dos órgãos hierarquicamente superiores ao Setor de Biblioteca. A iniciativa deste processo deve partir do SBIB, setor detentor das atribuições legais e da técnica de processamento dos documentos necessária à implantação do serviço almejado. Sugere-se a formalização de uma proposta geral, a ser enviada para os dirigentes, contendo os objetivos, a justificativa e, principalmente, os benefícios que este empreendimento poderá trazer aos parlamentares, servidores e à população do Distrito Federal. Conquistar o apoio do Chefe da DIDL e do Diretor Legislativo, bem como do Coordenador da CMI, responsável pela área de informática da Casa, é fundamental para implementação desta proposta.

O passo seguinte é a formação de uma comissão, composta por profissionais bibliotecários e de tecnologia da informação, para elaboração de um projeto de biblioteca digital para a CLDF. Esta comissão terá como função estudar, analisar e escolher as melhores práticas e opções técnicas e tecnológicas para a construção do repertório sugerido. O trabalho conjunto destes profissionais resultará em um plano que contenha o embasamento teórico sobre o assunto e as decisões tomadas em relação à arquitetura da informação, recursos de pesquisa, software, tipos de coleções e documentos, forma de organização do acervo digital, padrões de descrição dos metadados da obra e formatos dos arquivos nos quais serão disponibilizados os documentos. As previsões dos recursos humanos e financeiros, bem como, as etapas de execução e cronograma de implantação da biblioteca digital, também devem constar do projeto.

O foco deste trabalho é a elaboração de recomendações que contribuam para a construção de um acervo digital no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Não obstante a necessidade de formação de uma comissão interdisciplinar para analisar o assunto e retificar as decisões tomadas, as recomendações devem ser compreendidas como sugestões a serem avaliadas. Após a análise do referencial teórico, e os estudos de caso realizados, foram elaboradas propostas para o projeto de biblioteca digital referentes aos seguintes aspectos: arquitetura da informação e usabilidade; tecnologia; e formação e organização do acervo, incluindo tipos de coleções e formas de disseminação da informação.

5.1 Arquitetura da Informação e Usabilidade

- A arquitetura da informação centrada no usuário, simples e direta, aliada a funcionalidades que atendam suas necessidades é a primeira recomendação a ser feita para construção da biblioteca digital da Câmara Legislativa do DF. Definir quem são os usuários prioritários deste serviço é fundamental para direcionar o planejamento de qualquer *website* e garantir escolhas adequadas a um tipo de clientela determinada. No caso da CLDF, o parlamentar e os servidores da Instituição, outros órgãos públicos e a população em geral são os usuários potenciais sugeridos. Este ponto deve ser analisado com atenção, pois irá fundamentar muitas decisões relacionadas à arquitetura da informação. O aspecto visual das páginas da biblioteca digital deve privilegiar a interação entre o cliente e o computador, facilitando a compreensão dos recursos oferecidos e a usabilidade do site. Muita informação e links desnecessários poluem a página, confundindo o usuário. Os recursos ofertados devem ser compreensíveis e os rótulos claros, de maneira que o cliente aprenda rapidamente a navegar na biblioteca e satisfaça suas necessidades de informação.
- A *home page*³⁷ deve conter os logotipos da CLDF e da biblioteca digital, possibilitando o imediato reconhecimento da instituição a qual pertence. Uma breve explicação sobre os objetivos do serviço e o conteúdo do acervo serve para apresentar o serviço ao usuário. Este esclarecimento deverá estar presente sempre que necessário, pois quem utiliza a biblioteca pode não estar familiarizado com os termos adotados. A página inicial deve conter as informações mais gerais sobre a biblioteca digital e permitir o acesso a outras páginas que tragam informações mais específicas. A visualização do caminho percorrido e a possibilidade de volta para páginas anteriores é um recurso que facilita a navegação, permitindo que o usuário se localize dentro da biblioteca digital. Recomenda-se a utilização de uma linguagem simples e amigável, pois uma boa interação com o sistema é o principal objetivo a ser perseguido. Entre os recursos oferecidos sugere-se implementar a **ajuda**, meio de auxílio ao cliente no momento de dúvidas.
- A pesquisa dos documentos, constantes do acervo, é a ferramenta mais importante para localização dos itens requeridos no acervo digital e deve estar presente em todas as páginas. Ela permite que o cliente busque as informações desejadas em toda biblioteca digital ou faça uma seleção por coleção, título do

³⁷ Página inicial de um site.

documento, autor, data e assunto. Estes elementos de pesquisa são essenciais em qualquer biblioteca, mas outros recursos também podem ser disponibilizados, como por exemplo, a busca no texto integral. O refinamento dos resultados, através da pesquisa avançada, utilizando-se operadores booleanos é recomendado, pois possibilita uma recuperação mais precisa, evitando o excesso de documentos não pertinentes ao conteúdo procurado. Os resultados devem aparecer em forma de relatórios ou listagens, que possam ser ordenados alfabeticamente por título ou autor, ou, cronologicamente pela data de publicação. A possibilidade de o usuário cadastrar-se, descrevendo o seu perfil individual, para recebimento de notícias sobre novas inclusões é um serviço de disseminação seletiva da informação que demonstra a intenção da biblioteca em servir o cliente. Conceder esta opção para qualquer usuário que se inscreva contribui para divulgação dos documentos incluídos e para o exercício da democratização da informação.

- Por fim, recomenda-se que a capacitação dos usuários seja realizada, por meio de treinamentos, para que possam usufruir de todos os benefícios que um repertório digital oferece. Este treinamento visa, não apenas tornar o cliente independente, mas otimizar o uso da biblioteca digital de forma que se transforme em uma fonte de informações muito utilizada no Poder Legislativo e na comunidade do Distrito Federal.

5.2 Recursos Tecnológicos

- Os recursos tecnológicos a serem adotados, para construção da biblioteca digital da CLDF, devem ser definidos por uma comissão, formada por bibliotecários e profissionais de informática conforme recomendado inicialmente. A parceria entre o Setor de Biblioteca e a Coordenação de Modernização e Informática é essencial nesta etapa, permitindo a realização de um trabalho conjunto, identificando necessidades, programas e equipamentos necessários à implantação da biblioteca digital.
- A comissão deve realizar um estudo dos softwares existentes no mercado, utilizados em repositórios digitais, bem como dos pré-requisitos para sua instalação. Sugere-se a análise do Fedora, Greenstone, Nou-Rau, E-prints e do DSpace. Baseando-se nos estudos realizados, o ideal é a utilização de um software livre, que permita a interoperabilidade de informações como forma de intercâmbio com outras

instituições e a adequação às mudanças e inovações tecnológicas que ocorrem constantemente. Buscando-se estas características, recomenda-se a utilização do DSpace, pois, além de possuir as qualidades citadas, é uma experiência aplicada com sucesso e utilizada em vários tipos de bibliotecas digitais, inclusive da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Este sistema permite organizar a informação de uma organização, de acordo com as suas particularidades, utilizando os conceitos de coleções e comunidades nas quais são agrupados os documentos de acordo com os setores da instituição, assuntos dos documentos ou outro tipo de característica que se queira dar aos acervos. Outra vantagem é que o DSpace permite a inclusão de todas as formas de materiais digitais, incluindo texto, imagem, áudio e vídeo e todos os tipos mais comuns de arquivos, como por exemplo, PDF, DOC, TXT (para texto), e JPG, GIF (para imagens). Acrescenta-se, ainda, aos motivos descritos para escolha deste sistema, a possibilidade de customização do software, adequando-o às necessidades organizacionais; os recursos de pesquisa proporcionados; e outras funcionalidades descritas anteriormente neste trabalho. O fato de o DSpace permitir a recuperação dos documentos, da biblioteca digital, em sites de busca da Internet, como o Google, o Yahoo, o Altavista e outros, atribui visibilidade às obras, contribuindo para a disseminação da informação.

- Em seguida, realiza-se a customização do software escolhido, de acordo com as necessidades da Câmara Legislativa e os objetivos da Biblioteca Digital. A implementação de funcionalidades na página e a inclusão e digitalização de documentos também serão produtos dos esforços conjuntos realizados pelo SBIB e pela CMI. Nesta fase, os equipamentos e outros recursos tecnológicos necessários, para o funcionamento da biblioteca digital, devem ser identificados.
- A utilização de um padrão para descrição dos dados da obra é fundamental para permitir o intercâmbio e migração de informações para outros sistemas. Sendo a biblioteca da CLDF participante da Rede RVBI, recomenda-se um estudo que faça a correlação entre os metadados do formato MARC21, utilizados na Rede, e os elementos que serão adotados na biblioteca digital da CLDF para descrição e recuperação dos documentos. O programa DSpace exige o padrão Dublin Core para expressar o conteúdo único de cada documento digital, de maneira bibliográfica, e particularizá-lo dentre vários outros itens. Este formato é o mais adotado pelo protocolo OAI-PMH, por facilitar o compartilhamento de informações entre diferentes

tipos de sistemas. Entende-se que a utilização destes padrões, aceitos internacionalmente, atenderá as necessidades da biblioteca digital da CLDF.

- Um período de teste do software escolhido e customizado, realizado a partir da inclusão de um grupo de documentos, é necessário para avaliação do funcionamento do sistema, recursos e funcionalidades implementadas. Recomenda-se a utilização de um protótipo do sistema e de uma coleção piloto, contendo documentos produzidos pela Instituição, em meio eletrônico ou digitalizados. Desta forma, será possível verificar a operacionalização da inclusão e armazenamento de documentos, a pesquisa e recuperação da informação e a usabilidade da página da biblioteca digital projetada.

5.3 Formação e Organização do Acervo

- De forma geral, a biblioteca digital da Câmara Legislativa deverá armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso a documentos de interesse do Poder Legislativo, especialmente aqueles produzidos pela Instituição e seus servidores. Obras que subsidiem a atividade parlamentar, ou, que divulguem os trabalhos realizados na Casa e que sejam proveitosos para a população do Distrito Federal também podem ser selecionadas, desde que respeitados os direitos do autor. A definição de critérios para inclusão de documentos na biblioteca digital é fundamental para a formação de um acervo composto de obras relevantes e pertinentes aos objetivos estabelecidos. A adoção de uma política de desenvolvimento do acervo digital, que defina parâmetros para seleção dos itens que farão parte das coleções, é primordial para dar início à inclusão de documentos na biblioteca digital. Recomenda-se que estes critérios estejam integrados à **Política de Avaliação e Desenvolvimento da Coleção Bibliográfica da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal**,³⁸ estabelecida pelo Ato do 3º Secretário nº 5 de 08/12/2005, disponível na página do Setor de Biblioteca da CLDF.

- Sugere-se a realização de uma campanha esclarecedora entre os servidores e as unidades da Câmara Legislativa, com a finalidade de captação de documentos, principalmente em órgãos que trabalham com publicações e informação como o Arquivo, a Comissão dos Anais, a Consultoria Legislativa e a Gráfica da Casa. A

³⁸ <http://www.cl.df.gov.br/cldf/biblioteca/normas-internas/politica-de-selecao-de-livros/>

cooperação entre setores pode ser uma experiência construtiva, desde que somados esforços para utilização de uma única tecnologia, construindo um repertório rico que atenda a demanda por informações da Instituição e da população. É importante esclarecer que a biblioteca digital é um meio de divulgação de documentos, que atribui visibilidade às obras de seu acervo, não apenas na Instituição, mas também na Internet, pois permite a recuperação de cada item incluído nos sites de busca pesquisados mundialmente.

- A forma de organização do acervo digital deve ser simples, agrupando documentos por origem, assunto ou outra tipologia que permita reunir conjuntos documentais com características semelhantes em coleções, subcoleções e outras subdivisões que se fizerem necessárias. Esta maneira de agrupar itens possibilita ao cliente encontrar, em um mesmo conjunto documental, várias obras de seu interesse. As coleções deverão ser criadas de acordo com os interesses da CLDF, dos parlamentares, servidores e da população, bem como da disponibilidade de material para compor a coleção pretendida. As obras que farão parte do acervo podem ter características que se identifiquem com várias coleções, desta forma, nada impede que possam ser encontradas em várias delas.
- Inicialmente, recomenda-se fazer um levantamento dos documentos digitais ou passíveis de digitalização, que possam ser incluídos na biblioteca digital, originários de órgãos da CLDF. Propõe-se que estes itens formem uma coleção chamada **Produção Institucional**. As subcoleções devem ser identificadas pelo nome da unidade da estrutura administrativa da Casa. Por exemplo, **Consultoria Legislativa, Setor de Biblioteca, Diretoria de Recursos Humanos**, etc.
- Pode-se criar uma coleção **Acervo**, composta por subcoleções agrupadas por tipo de material. **Livros, Periódicos e Artigos, Materiais audiovisuais** são exemplos destas subcoleções. A **Produção Acadêmica** pode conter artigos científicos, monografias, teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos sobre a Câmara Legislativa ou de interesse do Poder Legislativo. É importante que a seleção destes materiais obedeça aos critérios de seleção predefinidos para o desenvolvimento do acervo.
- Outra coleção, voltada para os interesses da população, nomeada **Cidadão**, pode conter subcoleções relacionadas a assuntos como **Direitos da criança, Direitos do idoso, Transporte, Educação e Saúde**.

- Sugere-se também a coleção **Distrito Federal**, cujas subcoleções receberão o nome de cada uma das regiões administrativas do DF. Por exemplo, **Brasília, Taguatinga, Sobradinho, Ceilândia** e outras. Os documentos constantes de cada subcoleção devem tratar de aspectos relacionados à cidade, como história, características, dados estatísticos, plano diretor e outras informações que interessem à população.
- Finalmente, pode-se criar uma coleção que abrigará documentos que sejam divulgados por iniciativa de cada parlamentar, sobre suas atividades e sobre assuntos que interessem ao eleitor. Esta coleção poderá ser chamada de **Deputado distrital** e dentro dela o nome do deputado, formará uma subcoleção. Exemplo, **Paulo Tadeu, Chico Leite, Jaqueline Roriz, Érika Kokay** e outros.
- A submissão dos documentos, que farão parte da biblioteca digital, deverá ser feita por bibliotecários que examinarão, previamente, as características da obra e se o seu conteúdo é pertinente aos objetivos definidos na política de seleção. Se a inclusão for autorizada, realiza-se o processamento técnico do documento, ou seja, a descrição dos dados bibliográficos como autor, título, data e assunto de acordo com os padrões definidos para a biblioteca digital.
- A Lei 9.610/98, referente aos direitos autorais, deve ser obedecida para inclusão de uma obra na biblioteca digital. Uma autorização assinada pelo autor, com a permissão para divulgação de sua obra em formato integral, deverá ser exigida. A licença pública *Creative Commons* também poderá ser utilizada.
- Recomenda-se, ainda, que o projeto da biblioteca digital da CLDF preveja outras formas de divulgação do acervo, como a disseminação seletiva da informação realizada através do cadastramento do e-mail do usuário que informa seu perfil e o interesse em receber informações sobre novas inclusões nas coleções nas quais se cadastrou.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização do Poder Legislativo do Distrito Federal é essencial para o desenvolvimento das atividades legislativas na atual sociedade da informação. Não há como desconsiderar as vantagens advindas dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos tempos, pois o acesso a informações, em meio digital, é uma necessidade percebida em todas as áreas. As bibliotecas digitais surgem, neste contexto, como meio de disponibilizar documentos eletrônicos, de forma rápida e completa.

Este trabalho buscou contribuir com a elaboração de um projeto de biblioteca digital para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, proporcionando um referencial teórico e sugerindo as melhores práticas para o desenvolvimento da proposta. As recomendações são frutos deste estudo e podem servir de parâmetros para os profissionais que serão responsáveis pelo projeto. Estes repertórios servem para fornecer subsídios ao processo legislativo e para fundamentar as ações parlamentares, auxiliando o Poder Legislativo no exercício de suas funções. O ideal é que este serviço seja integrado a um sistema de informação gerencial utilizado estrategicamente para embasar o processo de tomada de decisões na CLDF. Informações fundamentadas reduzem o grau de incertezas e servem para direcionar ações administrativas e políticas. Caberá aos bibliotecários, a iniciativa de levar a informação ao usuário e treiná-lo para que possa usufruir completamente dos benefícios que uma biblioteca digital pode oferecer.

O momento atual, pelo qual passam as instituições legislativas no Brasil, é propício às mudanças. A aprovação da Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, está provocando alterações na conjuntura política do país, impedindo a candidatura de políticos com condenação judicial. Esta lei inclui hipóteses de inelegibilidade, visando proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato eletivo. Há um anseio nacional por um Legislativo transparente, que cumpra seu compromisso de representar os interesses do povo, e lute pelo bom emprego dos recursos públicos.

No Distrito Federal, a Câmara Legislativa precisa estar afinada com esta realidade e a criação de uma biblioteca digital possibilitará a divulgação de informações sobre as atividades parlamentares, aproximando o cidadão do Poder

Legislativo. A CLDF mudou recentemente para uma nova sede, instalando-se em um prédio moderno e ampliando o alcance das TIC na Instituição. O momento apresenta-se favorável a iniciativas que melhorem a imagem da Casa perante a população. A concretização deste projeto representará uma atitude proativa do Setor de Biblioteca, pois além de atender aos parlamentares e servidores, estará contribuindo para a democratização da informação e para a conquista de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos e documentos eletrônicos

ALENCAR, Anderson Fernandes de. Construindo Bibliotecas digitais: uma nova aproximação. **Informação e Sociedade**: estudos, v.14, n.1, 2004.

ALVARENGA, Lídia. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.2, n.6, p. 1-17, dez. 2001. Disponível em: <http://dgz.org.br/dez01/Art_05.htm> Acesso em: 10 jul. 2010.

ALVIM, Lúcia. Bibliotecas digitais para servir a comunidade. In: CONGRÉS ONLINE OCS, 3. 2006. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?&id=744>> Acesso em: 10 jul. 2010

ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>> Acesso em 28 jun. 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. 338 p.

BUCKLAND, Michael K. Descrição e pesquisa: metadados como infra-estrutura. **Brazilian Journal of Information Science** v. 0, n. 0, p. 3-15, 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008745&dd1=4ea80>> Acesso em: 28 jun. 2010.

CAMARGO, L. S. A. **Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável**. 2004.145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

CAMPOS, Luciano Ambrósio; OLIVEIRA, Tânia Cristina de. **Conteúdos digitais e acessibilidade de pessoas com deficiência visual**. 2009. 72 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAMPOS, Márcia de Borba; POHLMANN FILHO, Omer; RAABE, André. **Guia para criação de bibliotecas virtuais**. Laboratório de Bibliotecas Digitais da PUC-RS. Disponível em <<http://www.cglobal.pucrs.br/bibdigital/bib/>> Acesso em: 20 jun.2005.

CAUTELA, Lucinda de Jesus Teixeira Campos. **Biblioteca digital, conhecimento científico e o livre acesso à informação**. 86 f. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/401/biblioteca_digital_cautela.pdf?sequence=5>. Acesso em: 7 jul. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª. ed., São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHOI, Youngok; RAMUSSEN, Edie .What is needed to educate future digital librarians: a study of current practice and staffing patterns in academic and research libraries. **D-Lib Magazine**, v. 12, n. 9, set. 2006. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/september06/choi/09choi.html>> Acesso em 24 jun. 2010.

CUNHA, Murilo Bastos. Das bibliotecas digitais às convencionais: semelhanças e divergências. **Perspectivas em ciência da Informação**, v.13, n. 1, p. 2-17, jan.-abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a02.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2010.

_____. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

DELLA GIUSTINA, Leslie Regina; Miranda, Arlene Souza. **Bibliotecas digitais: uma visão da Biblioteca Digital do Senado Federal**. Brasília, 2009. 20 p. Trabalho apresentado para disciplina Gestão de Documentos Digitais, do Curso de Gestão do Conhecimento, Informação e Documentação, do Instituto Blaise Pascal/Interuni.

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. **A working definition of digital library** [1998]. DLF, 2004. Disponível em: <<http://diglib.org/about/dldefinition.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

ESPANTOSO, José Juan Peón. O arquiteto da informação e o bibliotecário do futuro. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n. 2, p. 135-146, especial 1999/2000.

FRANTZICH, Stephen E. Computerized information technology in the U. S. House of Representatives. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa City, v. 4, n. 2, May, 1979. p. 255-279.

FURGERI, Sergio. O papel das linguagens de marcação para a Ciência da Informação. **Transinformação** v. 18, n. 3, p. 225-239, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000445&dd1=d1f32>>. Acesso em 1 jul. 2010.

GRANDE Barsa CD. Versão 4.0. São Paulo: Barsa Planeta, [2004.]. 1 CD-ROM.

IFLA manifesto for digital libraries. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/ifla-manifesto-for-digital-libraries>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

KLADIS, Constantin Metaxa. Biblioteca digital do Senado Federal. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ACESSORAMENTO INSTITUCIONAL NO PODER LEGISLATIVO**, 2., 2007, Brasília, DF. Slides em PowerPoint. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70267>> Acesso em 14 dez. 2009.

KOEHLER, Wallace. Digital libraries, digital containers, “library patrons”, and visions for the future. **The Electronic Library**, Oxford, v. 22, n. 5, p. 401, 2004. Disponível em:

<<http://proquest.umi.com/pqdweb?index=8&did=769524101&SrchMode=3&sid=2&Fmt=3&Vinst=PROD&Vtype=PQD&RQT=309&Vname=PQD&TS=1138629376&clientId=42542&aid=2>>. Acesso em: 31 de jan. de 2006.

KURAMOTO, Hélio. Ferramentas de software livre para bibliotecas digitais. In: MARCONDES, Carlos H. (Org.) et. al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006. p. 95-109.

LESK, M. **Practical digital libraries: books, bytes and bucks**. San Francisco Kaufm, CA: Morgan Ann, 1997.

LIAHUT BALDOMAR, Dulce María. **Pautas generales para el establecimiento de un servicio de información parlamentaria**. México: Camara de Diputados, 2003. 34f. Disponível em: <<http://www.congreso.gob.pe/OCI/Documentos/CoopInt/Archivos%5CDocumentos%20de%20Referencia%20General%5CPautas%20para%20Establecer%20un%20Servicio%20de%20Referencia.pdf>> Acesso em 7 jul. 2010

MACGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.

MAGALHÃES, Keli Dayana Martins; GEDRES, Carlos Alberto Pouey. **Tópicos emergentes do sistema de informação gerencial**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/sistema-de-informacao-gerencial/23741/>> Acesso em 10 dez. 2009.

MAGRO, Maíra. **Direito à informação: definição, história, situação atual e estratégias**. Slides em PowerPoint. Disponível em: <http://www.informacaopublica.org.br/files/Palestra_Artigo_19_Abraji.ppt>. Acesso em: 10 jul. 2010.

MALLMANN, Adriana. **Senado Federal: Crise institucional ou política?** Disponível em: <<http://www.escolanarede.sefaz.rs.gov.br/webpart/public/itemvisualiza.aspx?itemid=99932b2a-6db8-4830-89cf-c0075e1b990b>>. Acesso em 02 dez. 2009.

MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. 2. ed. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2002. 2 v. Tradução e adaptação do MARC 21 Concise Format for Bibliographic Data.

MARCHIORI, P. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, v. 26, n.2, 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/389>> Acesso em: 10 jul. 2010.

MARCONDES, Carlos Henrique (Org.) et al. **Bibliotecas Digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006. 336 p.

MARCONDES, Carlos Henrique. Metadados: descrição e recuperação de informações na web. In: MARCONDES, Carlos Henrique (Org.) et al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006. p. 95-109.

MILLER, Robert; PELIZZO, Riccardo; STAPENHURST, Rick. **Parliamentary Libraries, Institutes and Offices: the sources of parliamentary Information**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/WBI/Resources/Parliamentary_Institutes-final.pdf> Acesso em 10. Jul. 2010.

MINIAURÉLIO eletrônico. Versão 5.12. 1.7. ed. [s.l.]: Positivo, 2004. 1 CD-ROM. Revisado conforme acordo ortográfico.

MIRANDA, A. Globalización y sistemas de información: nuevos paradigmas y nuevos desafíos. In: **CONFERENCIA REGIONAL POLÍTICAS Y ESTRATEGIAS PARA LA TRANSFORMACIONA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE**, 1996 : La Habana. 1997.

MONIOT, H. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Joff; NORA, P. **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979. p. 99-112.

MONTEIRO, Fernanda de Souza. **Organização da informação em repositórios institucionais com ênfase na descrição física e descrição temática**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MONTESQUIEU, Maquiavel. **O espírito das leis**. São Paulo: Saraiva 2008.

MOORE, Nick. A sociedade da informação. In: **Informação: tendência para um novo milênio**. Brasília: IBICT, 1999. p. 94-100.

PEREIRA, Peterson de Paula. **Processo legislativo: a revisão entre as Casas do Congresso Nacional**. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=137>> Acesso em: 5 jul. 2010.

PROCÓPIO, Ednei. **Construindo uma biblioteca digital**. São Paulo: EI - Edições Inteligentes, 2004. 114 p. Disponível em: <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/download/bibliotecadigital.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

REIS, Guillermo Almeida dos. **Centrando a arquitetura da informação no usuário**. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROBINSON, William H. Parliamentary libraries: information in the legislative process. In: KURIAN, George Thomas (Ed.). **World encyclopedia of parliaments and legislatures**. Chicago: F. Dearborn, 1998. p. 815-829.

_____. **El papel que juega la información en una legislatura democrática**. Palestra magistral apresentada no Salão Verde da Cámara de Deputados do México, convocada pelo Comité de Biblioteca e Informática de la LVII Legislatura. 1999.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivistas e museológica**. 4. ed. Brasília: Ed. do autor, 2005. 409 p.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. **Estudo sobre o comportamento informacional de parlamentares e assessores legislativos na Câmara Legislativa do Distrito**

Federal como subsidio a gestão estratégica de informações no processo legislativo. Orientador: Tarapanoff, Kira. Dissertacao (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2001. 205 p.

_____. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6833646/Rocha-Marisa-Perrone-Campos-A-Questao-Cidadania-Na-Sociedade-Da-Informacao>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

RODRIGUES, Eloy et. al. **RepositóriUM** : implementação do DSpace em português: lições para o futuro e linhas de investigação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/679>> Acesso em 2 jul. 2010.

ROSSETTO, Márcia. Bibliotecas digitais: cenários e perspectivas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 101-130, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/101/92>> Acesso em 10 dez. 2009.

_____; NOGUEIRA, A. H. **Aplicação de elementos metadados Dublin Core para descrição de dados bibliográficos on-line da biblioteca digital de teses da USP.** Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/82.a.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica.** Brasília: Briquet de lemos, 2002. 309 p.

SHINTAKU, Milton. **Manual de desenvolvimento do DSpace.** Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/manual_Instalacao_Dspace.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2010.

SIQUEIRA, M. A.; SANTOS, P. L. V. A. DAC. A versão em XML do MARC 21 e as formas de representação descritiva na ciência da informação. In: VIDOTTI, S. A. B. C. (Coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais.** São Paulo: Polis, 2004. p. 95-111.

SOUZA, Stephania Maria de. **Seleção de informações em bibliotecas legislativas:** o caso da Câmara dos Deputados – Brasil. Monografia Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados. Orientador: Eduardo Fernandez Silva. Brasília, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/565/selecao_informacao_stephania.pdf?sequence=1> Acesso em: 1 jul. 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de Direito Público.** 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SVEIBY, Karl E. O valor do intangível. **HSM Management** set. /out. 2000. 4p.

TAMMARO, Ana Maria; Salarelli, Alberto. **A biblioteca digital.** Brasília: Briquet de Lemos, Livros, 2008. 378 p. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos.

TARGINO, Maria das Graças Targino. **Ranganathan continua em cena.** (2009?) Disponível em: <<http://www.briquetdelemos.com.br/biblioteconomia/cinco-leis-da-biblioteconomia-as.html>> Acesso em: 23 jun. 2010

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos H. (Org.) et. al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006, p. 15-24.

VALETIM, Marta Lígia Pomim. Estrutura de bases de dados: modelos de metadados e a qualidade de resposta. **Transformação**, v.13, n.1, p.67-80, jan./jun. 2001.

VERGARA S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VICENTINI, Luiz Atilio. Gestão em bibliotecas digitais. In: MARCONDES, Carlos H. (Org.) et. al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006, p. 239-257.

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; SANT'ANA, Ricardo Gonçalves. Infraestrutura tecnológica de uma biblioteca digital: elementos básicos. In: **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: Brasília: UFBA, IBICT, 2006, p. 77-93.

VIEIRA, Simone Bastos. Biblioteca digital: manifesto IFLA - Unesco e padrões internacionais. In: **FÓRUM DE SOLUÇÕES DE TIC APLICADAS A GOVERNOS**, 6., 2008, Brasília, DF. Slides em Power Point. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/94744>> Acesso em: 3 mar. 2010.

_____. Projeto da biblioteca digital do Senado Federal: concepção e características. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 21., 2007, Brasília, DF. Slides em PowerPoint Disponível em:<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/70355>>. Acesso em: 14 dez. 2009

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pagina_principal> Acesso em: 3 mar. 2010.

YAMAGUTI, Cecília Y. M. **Análise das coleções-piloto da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados e proposta de criação de novas coleções** [Manuscrito]. Brasília, 2009. 12 p. Trabalho apresentado para disciplina Gestão de Documentos Digitais, do Curso de Gestão do Conhecimento, Informação e Documentação, do Instituto Blaise Pascal/Interuni.

Sites consultados

BIBLIOTECA ACADÊMICO LUIZ VIANA FILHO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/conheca/conheca_biblioteca.asp> Acesso em 02 dez 2009.

BIBLIOTECA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/biblioteca>>. Acesso em 05 jul. 2010.

BIBLIOTECA DIGITAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em 10 mar. 2010.

BIBLIOTECA DIGITAL DO SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/>>. Acesso em 10 mar. 2010.

BIBLIOTECA VIRTUAL E BIBLIOTECA DIGITAL. CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Disponível em: <http://ccet.ucs.br/dein/nase/dicas_html>. Acesso em: 28 jul. 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun 2010.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em: <<http://cl.df.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

COLEÇÕES DIGITAIS: digitalização e preservação digital. Disponível em: <<http://colecoes-digitais.wikidot.com/documentos-de-apoio-digitalizacao>> Acesso em: 2 jul. 2010.

CRIATIVE COMMONS-BR. Disponível em: <http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=136&Itemid=1>. Acesso em 10 jul. 2010.

DSPACE. Disponível em <<http://www.dspace.org/about-dspace/introducing/>> Acesso em 11 abr. 2010.

DUBLIN CORE METADADA INITIATIVE: making it easier to find information. Disponível em: <<http://dublincore.org>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

IBICT Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

PORTAL SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

USABILITY NET International Standards for HCI and usability. Disponível em: <http://www.usabilitynet.org/tools/r_international.htm> Acesso em 29 jul. 2010.

Documentos oficiais

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Biblioteca Digital. **Projeto biblioteca digital do Senado Federal**: informação para todos. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99288>> Acesso em 12 dez. 2009;

_____. **Relatório Final do Projeto biblioteca digital do Senado Federal**: informação para todos. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99288>>. Acesso em 12 dez. 2009.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Projeto**: implantação da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. [Brasília]: [s.n], 2008. 29 f.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações

adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2008. 464 p.

BRASIL. Lei complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jun. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp135.htm> Acesso em 17 ago 2010.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em 17 ago 2010.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei orgânica. Texto consolidado pelo Decreto Legislativo nº 1205. 4. ed. Brasília (DF): Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2008. 272 p.

ANEXOS

Anexo A - Resolução 34/91, que institui a Estrutura Administrativa da CLDF³⁹

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1991

Institui a Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências.

Art. 1º.....

Art. 23. À Diretoria Legislativa é atribuído prestar apoio técnico em estudos e proposições formuladas pelos Deputados, Lideranças Partidárias e de Blocos Parlamentares, Comissões e Colégio de Líderes, bem como coordenar e supervisionar o processo de administração de informações legislativas, fornecendo apoio técnico e operacional para o funcionamento do Plenário e das Comissões, inclusive no processo de fiscalização das ações governamentais.

Art. 24. À Divisão de Informação e Documentação Legislativa – DIDL é atribuída a competência de: *(Artigo com a redação da Resolução nº 219, de 2005.)*⁴⁰

I – controlar, coordenar, dirigir e implantar atividades de registro, armazenamento e controle da tramitação de proposições;

II – pesquisar, dar tratamento técnico, analisar e disseminar informações;

III – organizar e preservar o acervo bibliográfico e documental;

IV – implementar política de gestão de assuntos legislativos, incluindo a instituição de bancos de dados e a divulgação de Serviços, produtos e subprodutos;

V – planejar e implantar sistemas de gerenciamento de informações legislativas, jurídicas, arquivísticas e bibliográficas.

Art. 27. Ao Setor de Biblioteca – SBIB cabe: *(Artigo com a redação da Resolução nº 219, de 2005.)*⁴¹

³⁹ A resolução nº 219 de 22 de agosto de 2005, publicada no Diário da Câmara Legislativa, de 23/8/2005, alterou os artigos 23 a 27 da Resolução 34/ 91, que estabelecem as atribuições do Setor de Biblioteca. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao/leis-distritais-1/>>

⁴⁰ **Texto original: Art. 24.** À Divisão de Informação e Documentação Legislativa é atribuído controlar, coordenar e dirigir as atividades de registro e controle da tramitação de proposições; pesquisa, tratamento técnico, análise e disseminação de informações; organização e preservação do acervo bibliográfico e documental; divulgação dos serviços, produtos e sistemas de gerenciamento de informações, produção e distribuição de avulsos das proposições.

⁴¹ **Texto original: Art. 27.** Ao Setor de Pesquisa e Recuperação da Informação é atribuído: I – interagir com instituições externas, identificar as informações e acervo bibliográfico de interesse para os trabalhos legislativos e promover o tráfego de material dessas instituições solicitado pelos órgãos da Câmara e o material da Câmara solicitado por órgãos externos;

I – formular, sob a supervisão da Diretoria Legislativa, as políticas de atendimento ao usuário, de seleção e desenvolvimento de coleção, de aquisição e indexação, com o objetivo de garantir eficiência e eficácia dos Serviços sob sua responsabilidade, e zelar pelo seu cumprimento;

II – promover e fazer cumprir o Regulamento da Biblioteca e as demais disposições a que a Biblioteca estiver subordinada;

III – elaborar e manter atualizados, sob a coordenação da Divisão de Informação e Documentação Legislativa, os manuais técnicos do Setor, visando à normalização de rotinas e procedimentos;

IV – orientar as atividades a serem desenvolvidas pelos Serviços a ele subordinados;

V – garantir a qualidade dos serviços prestados pelo Setor no assessoramento a parlamentares, servidores da Casa e usuários externos;

VI – planejar, sob a coordenação da Divisão de Informação e Documentação Legislativa, as atividades de controle da encadernação do material bibliográfico;

VII – promover ações de incentivo à leitura e ao uso das informações disponíveis no acervo da Biblioteca;

VIII – sugerir à Diretoria Legislativa ações, em conjunto com a Coordenadoria de Modernização e Informática – CMI, que assegurem eficiência e eficácia na gestão da informação e no gerenciamento dos sistemas que servem ao Setor;

IX – auxiliar a Diretoria Legislativa, em colaboração com a Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica, a implantar padrões de procedimentos que visem à normalização de documentos para fins de editoração;

X – atuar junto aos órgãos da Casa com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Setor;

XI – auxiliar na promoção e cooperação de intercâmbio técnico com outras instituições, sistemas e bibliotecas referentes ao gerenciamento dos serviços oferecidos pelo Setor, visando ao aprimoramento de suas atividades;

XII – propor à Diretoria de Recursos Humanos, por intermédio da Diretoria Legislativa, a realização de cursos para treinamento, capacitação e atualização dos servidores lotados no Setor;

XIII – divulgar o acervo da Biblioteca e os Serviços prestados pelo Setor, valendo-se de meios impressos, audiovisuais, eletrônicos e outros;

XIV – elaborar o plano anual de ações e metas do Setor, considerando as necessidades e propostas apresentadas pelos Serviços a ele subordinados;

XV – elaborar e encaminhar o relatório anual de atividades do Setor, consolidando as informações fornecidas pelos Serviços a ele subordinados.

Parágrafo único. Ao Setor de Biblioteca – SBIB subordinam-se os seguintes Serviços:

II – administrar banco de dados e acervo de informações de interesse dos Parlamentares e órgãos da Câmara, inclusive sobre as proposições com tramitação concluída.

I – Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU;

II – Serviço de Processos Técnicos – SPT;

III – Serviço de Aquisição – SAQ;

IV – Serviço de Indexação Legislativa e Gerenciamento de Sistemas – SIL.

Art. 27-A. Ao Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU, em conformidade com as orientações da chefia do Setor, compete: *(Artigo acrescido pela Resolução nº 219, de 2005.)*

I – colaborar na formulação de políticas e na normalização de procedimentos, bem como na elaboração de manuais técnicos, em conjunto com os demais Serviços subordinados ao Setor de Biblioteca;

II – executar as atividades de pesquisa, recuperação e disseminação seletiva da informação, de acordo com a política de atendimento ao usuário;

III – desenvolver atividades de reprodução do acervo, em conformidade com as orientações da chefia do Setor;

IV – fornecer dados e informações técnicas e jurídicas necessárias ao desempenho das atividades legislativas da Casa;

V – orientar e auxiliar os usuários, individualmente ou em grupo, quanto ao acesso e à utilização das informações disponíveis na Biblioteca;

VI – manter atualizado o cadastro de usuários da Biblioteca;

VII – controlar a circulação e o empréstimo de publicações pertencentes ao acervo da Biblioteca;

VIII – propor ações de incentivo à leitura e ao uso das informações disponíveis no acervo da Biblioteca;

IX – ordenar e armazenar as publicações do acervo da Biblioteca e zelar por sua guarda;

X – identificar as necessidades dos usuários e encaminhar ao Serviço de Aquisição a relação das obras a serem adquiridas pela Biblioteca, de acordo com a política de seleção e desenvolvimento de coleção bibliográfica;

XI – elaborar, em conjunto com o Serviço de Processos Técnicos, o inventário do acervo da Biblioteca;

XII – identificar as necessidades e manter o controle das encadernações de material bibliográfico;

XIII – estabelecer intercâmbio com outras instituições, sistemas e bibliotecas, com o objetivo de promover a troca de informações e o acesso a acervos externos de interesse dos usuários;

XIV – identificar as necessidades e propor à chefia do Setor a participação de servidores lotados no Serviço em cursos e outros eventos técnicos, com vistas ao aperfeiçoamento de seus quadros;

XV – submeter à chefia do Setor o plano anual de ações e metas do Serviço;

XVI – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Serviço.

Art. 27-B. Ao Serviço de Processos Técnicos – SPT, em conformidade com as orientações da chefia do Setor, compete: *(Artigo acrescido pela Resolução nº 219, de 2005.)*

I – colaborar na formulação de políticas e na normalização de procedimentos, bem como na elaboração de manuais técnicos, em conjunto com os demais Serviços subordinados ao Setor de Biblioteca;

II – executar as atividades de catalogação, classificação, indexação e processamento de livros, folhetos, mapas, periódicos, mídias e outros materiais bibliográficos, de acordo com os padrões e procedimentos definidos para essas atividades;

III – propor à Diretoria Legislativa, em conjunto com a Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica, padrões e procedimentos para o desempenho das atividades de normalização de documentos para fins de editoração;

IV – executar a catalogação na publicação das obras editadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – registrar, no sistema de informações bibliográficas utilizadas no Setor, os documentos incorporados ao acervo da Biblioteca;

VI – manter o registro e controle dos documentos descartados do acervo da Biblioteca;

VII – proceder ao levantamento das obras a serem adquiridas pelo Setor, em conjunto com o Serviço de Atendimento ao Usuário;

VIII – elaborar, em conjunto com o Serviço de Atendimento ao Usuário, o inventário do acervo da Biblioteca;

IX – estabelecer intercâmbio com outras instituições, sistemas e Bibliotecas, com o objetivo de promover ações cooperativas de catalogação, classificação e indexação dos documentos pertencentes ao acervo da Biblioteca;

X – identificar as necessidades e propor à chefia do Setor a participação de servidores lotados no serviço em cursos e outros eventos técnicos, com vistas ao aperfeiçoamento de seus quadros;

XI – submeter à chefia do Setor o plano anual de ações e metas do Serviço;

XII – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Serviço.

Art. 27-C. Ao Serviço de Aquisição – SAQ, em conformidade com as orientações da chefia do Setor, compete: *(Artigo acrescido pela Resolução nº 219, de 2005.)*

I – colaborar na formulação de políticas e na normalização de procedimentos, bem como na elaboração de manuais técnicos, em conjunto com os demais Serviços subordinados ao Setor de Biblioteca;

II – executar as operações técnicas e administrativas referentes à aquisição e ao descarte das publicações pertencentes ao acervo, de acordo com os padrões e procedimentos definidos para essas atividades;

III – organizar e manter atualizado o registro, no sistema de informações bibliográficas, das publicações adquiridas e descartadas pela Biblioteca;

IV – promover a permuta e o intercâmbio de publicações com outras instituições e Bibliotecas;

V – identificar as necessidades e propor à chefia do Setor a participação de servidores lotados no Serviço em cursos e outros eventos técnicos, com vistas ao aperfeiçoamento de seus quadros;

VI – submeter à chefia do Setor o plano anual de ações e metas do Serviço;

VII – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Serviço.

Art. 27-D. Ao Serviço de Indexação Legislativa e Gerenciamento de Sistemas – SIL, em conformidade com as orientações da chefia do Setor, compete: *(Artigo acrescido pela Resolução nº 219, de 2005.)*

I – colaborar na formulação de políticas e na normalização de procedimentos, bem como na elaboração de manuais técnicos, em conjunto com os demais Serviços subordinados ao Setor de Biblioteca;

II – organizar e manter atualizado o sistema de normas jurídicas do Distrito Federal;

III – estabelecer intercâmbio com outras instituições, sistemas e bibliotecas, com o objetivo de promover o acesso a bases de dados referentes a normas jurídicas federais, estaduais e municipais, atendendo às pesquisas de usuários internos e externos;

IV – identificar as necessidades e propor à chefia do Setor a participação de servidores lotados no Serviço em cursos e outros eventos técnicos, com vistas ao aperfeiçoamento de seus quadros;

V – submeter à chefia do Setor o plano anual de ações e metas do Serviço;

VI – elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo Serviço.

.....

Sala das sessões, 26 de novembro de 1991

DEPUTADO SALVIANO GUIMARÃES

Presidente

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 27/12/1991, e republicado em 24/1/1992.

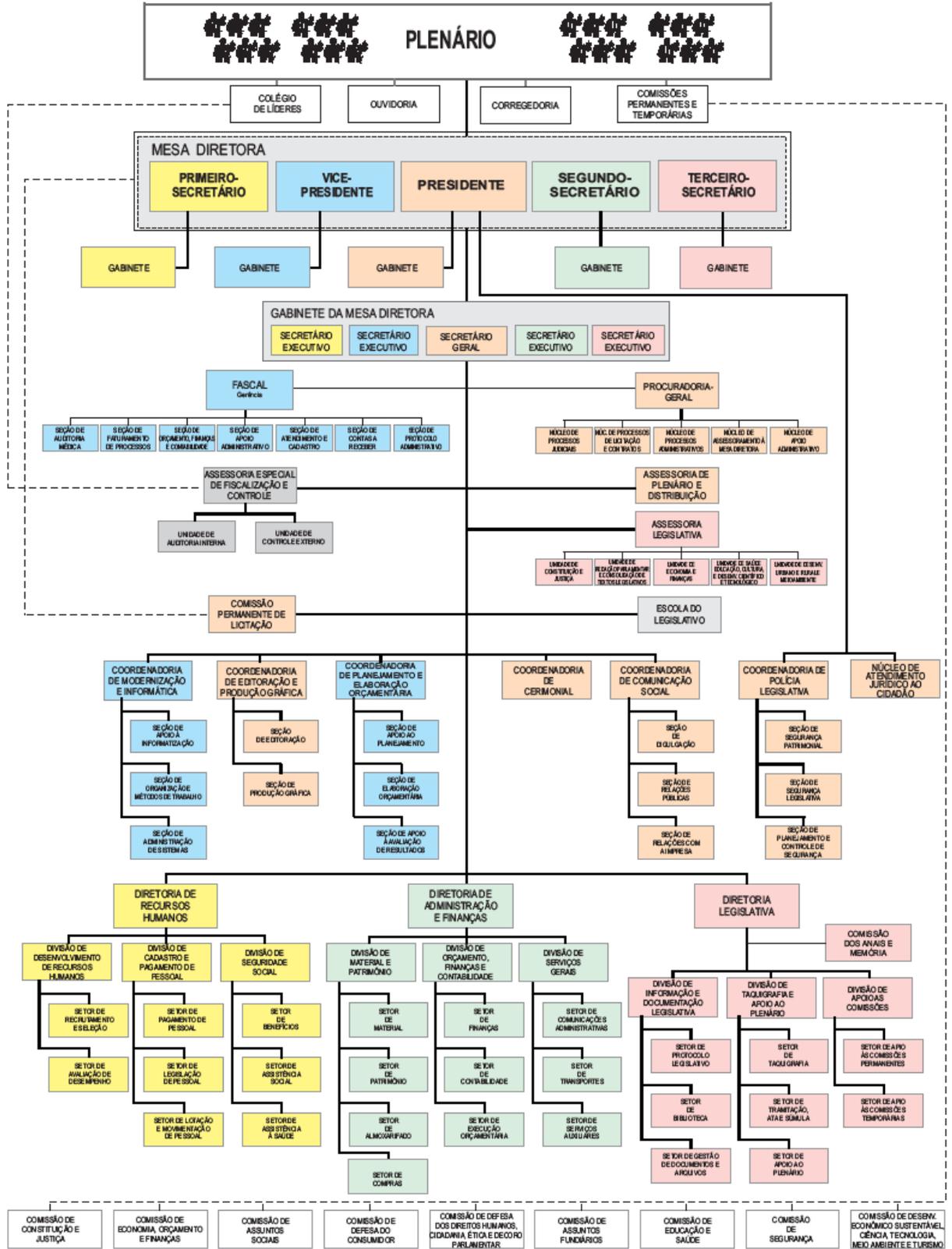
Texto atualizado e completo disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/legislacao>>

Anexo B - Organograma da Câmara Legislativa do Distrito Federal



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Estrutura Administrativa da CLDF
SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2010



FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resoluções: 034/91; 037/91; 046/92; 089/94; 106/96; 140/97; 155/99; 167/00; 168/00; 171/01; 175/02; 177/02; 181/02; 183/02; 215/05; 219/05; 223/06; 225/06; 230/07 e 243/09; Emenda à Lei Orgânica nº 09/96; Ato da Mesa Diretora 10/2003

Anexo C - Endereços eletrônicos bibliotecas, repertórios e outros acervos digitais

Ação Educativa <<http://www.bdae.org.br/dspace/>>

Acervo Digital da Unesp <<http://acervodigital.unesp.br/>>

ARCA - FIOCRUZ <<http://www.arca.fiocruz.br/dspace/>>

Banco Internacional de Objetos educacionais
<<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>

BDJur – Biblioteca Digital Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça
<<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/>>

BDM – Biblioteca Digital de Monografias da Universidade de Brasília
<<http://bdm.bce.unb.br/>>

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações IBICT <<http://bdtd.ibict.br/>>

Biblioteca Alexandrina: DTA Digital Assets Repository
<<http://dar.bibalex.org/#HomePage>>

Biblioteca Digital – INPE <<http://www.inpe.br/biblioteca/>>

Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas
<<http://virtualbib.fgv.br/site/repositorio>>

Biblioteca Digital da Unicamp <<http://libdigi.unicamp.br/>>

Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia
<<http://www.sbicafe.ufv.br/SBICafe/publicacao/publicacao.asp>>

Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/>>

Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais da Universidade de São Paulo
<<http://www.obrasraras.usp.br/>>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Paraná
<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/index.jsp>>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo
<<http://www.theses.usp.br/>>

Biblioteca Digital do Comitê do Itajaí <<http://comiteitajai.org.br/dspace/>>

Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal
<<http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>>

Biblioteca Digital Mundial <<http://www.wdl.org/pt/>>

Biblioteca Digital UNIVATES <<http://www.univates.br/bdu/>>

Biblioteca Nacional Digital Brasil <<http://bndigital.bn.br/>>

Biblioteca Virtual - Ministério da Defesa

<https://www.defesa.gov.br/espaco_academico/index.php?page=biblioteca_virtual>

Biblioteca Virtual sobre Corrupção <<https://bvc.cgu.gov.br/>>

Coleção Digital – IBGE <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>

Conteúdos Digitais - Fundação Casa de Rui Barbosa

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=8>

Digital Collections da Library of Congress <<http://www.loc.gov/library/libarch-digital.html>>

Domínio Público- Biblioteca digital desenvolvida em Software Livre - MEC

<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>

INFOTECA - EMBRAPA <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/>>

LUME – Universidade Federal do Rio do Grande do Sul

<<http://www.lume.ufrgs.br/>>

PORTCOM Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação

<<http://www.portcom.intercom.org.br/>>

Repositório da Universidade de Brasília <<http://repositorio.bce.unb.br/>>

Repositório da Universidade Federal da Paraíba

<<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/>>

Repositório Digital da UNATI <<http://200.145.173.82:8080/dspace/>>

Repositorio Digital del Departamento de Biblioteconomía y Documentación

<<http://e-archivo.uc3m.es:8080/dspace/>>

Repositório Institucional na UCB <<http://repositorio.ucb.br/ri/>>

Repositorium <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/>>

Rua. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante <<http://rua.ua.es/>>

SISTEMA CFB/CRB <<http://repositorio.cfb.org.br/>>

Stanford University - Libraries & Academic Information <<http://www-sul.stanford.edu/>>

Universidade Estadual Paulista <<http://www.unesp.br/cgb/>>